

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	18
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	27
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	153
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	159
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	160
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	161
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

162

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	657.560.635
Preferenciais	547.495.486
Total	1.205.056.121
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	48.433.409	38.963.426	33.219.831
1.01	Ativo Circulante	21.674.296	16.109.360	14.663.179
1.01.01	Disponibilidades	2.272	2.905	1.441
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.202	1.251.889	1.242.794
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.202	1.251.889	1.229.999
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	0	12.795
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.469.997	769.069	706.626
1.01.03.01	Carteira Própria	1.177.072	182.039	122.788
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	82.695	536.909	3.654
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	288.103
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	0	0	215.420
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	210.230	50.121	76.661
1.01.04	Relações Interfinanceiras	2.828.435	9.047	127.540
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	2.825.583	5.507	101.569
1.01.04.03	Correspondentes no País	2.852	3.540	25.971
1.01.06	Operações de Crédito	15.525.757	11.908.438	9.780.345
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Privado	14.521.875	11.559.631	9.892.003
1.01.06.02	Títulos e Créditos a Receber	2.472.653	1.572.689	1.043.010
1.01.06.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-1.468.771	-1.223.882	-1.154.668
1.01.08	Outros Créditos	1.663.822	1.839.031	2.497.850
1.01.08.01	Outros Ativos Financeiros	739.004	1.183.861	1.391.596
1.01.08.02	Ativos Fiscais - Correntes	404.294	320.644	160.808
1.01.08.03	Ativos Fiscais - Diferidos	163.942	57.690	651.748
1.01.08.04	Outros Ativos	356.582	276.836	293.698
1.01.09	Outros Valores e Bens	182.811	328.981	306.583
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	208.434	315.152	364.659
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-51.175	-56.587	-84.916
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	25.552	70.416	26.840
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.626.742	21.833.287	17.463.327

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.974	0	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.974	0	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	4.615.180	1.952.444	1.424.707
1.02.02.01	Carteira Própria	3.469.978	1.050.154	605.125
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.132.629	759.022	294.290
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	12.573	143.268	211.276
1.02.02.05	Vinculados ao Banco Central	0	0	314.016
1.02.05	Operações de Crédito	16.811.526	15.303.676	12.018.295
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Privado	17.289.199	15.906.837	12.593.392
1.02.05.02	Títulos e Créditos a Receber	48.200	71.447	98.970
1.02.05.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-525.873	-674.608	-674.067
1.02.07	Outros Créditos	4.060.615	4.540.295	3.964.825
1.02.07.01	Outros Ativos Financeiros	474.300	956.093	1.074.048
1.02.07.02	Ativos Fiscais - Correntes	194.548	209.097	209.076
1.02.07.03	Ativos Fiscais - Diferidos	3.302.636	3.333.043	2.645.839
1.02.07.04	Outros Ativos	89.131	42.062	35.862
1.02.08	Outros Valores e Bens	133.447	36.872	55.500
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	133.447	36.872	55.500
1.03	Ativo Permanente	1.132.371	1.020.779	1.093.325
1.03.01	Investimentos	954.959	904.000	885.117
1.03.01.02	Participações em Controladas	950.015	891.375	883.973
1.03.01.04	Outros Investimentos	4.944	12.625	1.144
1.03.02	Imobilizado de Uso	101.395	23.360	28.628
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	133.191	82.320	80.456
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-31.796	-58.960	-51.828
1.03.04	Intangível	76.017	93.419	179.580
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	485.881	496.699	469.035
1.03.04.02	(Amortização Acumuladas)	-409.864	-403.280	-289.455

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	48.433.409	38.963.426	33.219.831
2.01	Passivo Circulante	21.437.025	23.891.060	19.613.910
2.01.01	Depósitos	12.164.897	13.153.187	13.145.126
2.01.01.01	Depósitos à Vista	328.188	76.092	26.614
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	1.555.189	8.986.206	8.628.582
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	10.281.520	4.090.889	4.489.930
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.182.158	1.312.046	200.370
2.01.02.01	Carteira Própria	1.182.158	1.312.046	200.370
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.161.703	4.685.984	650.925
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.161.703	4.685.984	650.925
2.01.04	Relações Interfinanceiras	2.462.545	1.491.821	933.731
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2.383.754	1.380.060	796.912
2.01.04.02	Correspondentes no País	78.791	111.761	136.819
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	547	0	0
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	547	0	0
2.01.09	Outras Obrigações	3.465.175	3.248.022	4.683.758
2.01.09.01	Outros Passivos Financeiros	226.054	58.386	1.965.351
2.01.09.02	Provisões	366.841	438.344	521.557
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	145.348	325.131	265.988
2.01.09.04	Obrigações Fiscais - Correntes	442.325	439.986	328.077
2.01.09.05	Diversas	2.284.607	1.986.175	1.477.806
2.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	124.979
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	21.197.751	9.754.898	8.679.753
2.02.01	Depósitos	12.515.843	9.028.158	7.211.738
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.121.500	24.909	521
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.394.343	9.003.249	7.211.217
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.404	2.109	103.486
2.02.02.01	Carteira Própria	4.404	2.109	103.486
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.218.705	660.065	1.217.399

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	7.218.705	660.065	1.217.399
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	821.797	0	0
2.02.06.01	Obrigações por Empréstimos no Exterior	821.797	0	0
2.02.09	Outras Obrigações	637.002	64.566	147.130
2.02.09.01	Outros Passivos Financeiros	266.648	54.053	121.492
2.02.09.02	Obrigações Diferidas	101.824	0	13.417
2.02.09.03	Sociais e Estatutárias	226.193	0	0
2.02.09.04	Diversas	2.849	10.513	12.221
2.02.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.488	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	5.798.633	5.317.468	4.926.168
2.05.01	Capital Social Realizado	4.175.222	4.175.222	4.175.222
2.05.01.01	De Domiciliados no País	3.699.805	3.606.057	3.261.355
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	475.417	569.165	392.055
2.05.01.03	Aumento de Capital	0	0	521.812
2.05.02	Reservas de Capital	207.322	207.322	207.322
2.05.04	Reservas de Lucro	1.436.523	958.655	557.982
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-20.434	-23.731	-14.358

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	10.476.162	9.591.118	8.148.467
3.01.01	Rendas de Operações de Crédito	9.327.736	9.278.765	8.117.738
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	415.327	160.155	118.374
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	665.122	150.439	-101.386
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	1.862	1.598	4.958
3.01.05	Resultado das aplicações compulsórias	66.115	161	8.783
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.923.917	-3.678.094	-3.822.002
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-2.134.706	-2.246.381	-2.259.476
3.02.03	Operações de Empréstimos e Repasses	-548	0	0
3.02.04	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.788.663	-1.431.713	-1.562.526
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	6.552.245	5.913.024	4.326.465
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-5.437.914	-5.016.410	-4.092.012
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	741.682	471.927	391.949
3.04.02	Despesas de Pessoal	-783.813	-572.667	-499.872
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-3.796.205	-2.890.288	-2.136.084
3.04.04	Despesas Tributárias	-380.773	-293.620	-213.185
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	595.130	159.167	313.978
3.04.05.01	Reversão de Provisões	21.391	0	0
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	573.739	159.167	313.978
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.858.759	-1.911.592	-1.838.573
3.04.06.01	Despesas de Provisões	-202.588	-190.889	-175.532
3.04.06.02	Outras Despesas Operacionais	-1.656.171	-1.720.703	-1.663.041
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	44.824	20.663	-110.225
3.05	Resultado Operacional	1.114.331	896.614	234.453
3.06	Resultado Não Operacional	28.868	28.785	-33.959
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	1.143.199	925.399	200.494
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-368.623	-269.830	315.441
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	76.197	83.743	607.049
3.08.04	Provisão para Contribuição Social	-199.874	-156.982	-113.459

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.08.05	Provisão para Imposto de Renda	-244.946	-196.591	-178.149
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	774.576	655.569	515.935
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,64	0,54	0,44

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	774.576	655.569	515.935
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.297	-9.373	-6.250
4.02.01	Ganhos/(Perdas) não Realizadas sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	661	-785	-83
4.02.02	Ganhos/(Perdas) não Realizados em Outros Resultados Abrangentes	4.445	-13.548	-9.393
4.02.03	Efeito Tributário	-1.809	4.960	3.226
4.03	Resultado Abrangente do Período	777.873	646.196	509.685

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.088.626	147.505	570.637
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.673.216	2.845.511	1.860.891
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	774.576	655.569	515.935
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	77.615	106.431	41.978
6.01.01.03	Amortização de ágio	23.930	23.930	23.930
6.01.01.04	Constituição de provisão cíveis, trabalhistas e fiscais	181.197	190.889	175.532
6.01.01.05	Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	322	-20.782	-8.512
6.01.01.06	Resultado na alienação de outros valores e bens	-29.190	-8.003	42.471
6.01.01.09	Resultado de participações em controladas	-44.824	-20.663	110.225
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.788.663	1.431.713	1.562.526
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-76.197	-83.743	-607.049
6.01.01.12	Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	0	0	3.855
6.01.01.13	Variação cambial de obrigações por empréstimos e dívidas subordinadas	-20.978	572.223	0
6.01.01.14	Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-1.898	-2.053	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.761.842	-2.698.006	-1.290.254
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-5.974	12.795	-8.898
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	-349.202	-9.402	-44.982
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em derivativos	39.488	163.124	-59.087
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	-1.848.664	676.583	82.056
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em operações de crédito	-6.941.689	-6.858.315	-4.352.898
6.01.02.06	(Aumento)/Redução em outros ativos financeiros	934.341	339.403	-729.505
6.01.02.07	(Aumento)/Redução em ativos fiscais	-69.046	-169.260	-147.127
6.01.02.08	(Aumento)/Redução em outros ativos	-105.682	9.634	8.277
6.01.02.09	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	-83.368	-110.208	-166.466
6.01.02.10	Aumento/(Redução) em depósitos	2.499.395	1.824.481	3.185.011
6.01.02.11	Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	-127.593	1.010.299	34.332
6.01.02.12	Aumento/(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	786.244	106.956	104.269
6.01.02.13	Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros	380.263	-30.642	32.881
6.01.02.14	Aumento/(Redução) em provisões	-252.700	-274.102	-214.203

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.15	Aumento/(Redução) em obrigações fiscais	511.602	529.268	455.787
6.01.02.16	Aumento/(Redução) em outros passivos	295.365	512.156	688.982
6.01.02.17	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-407.439	-430.776	-158.683
6.01.02.18	(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos	-17.183	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.018.316	-779.740	35.809
6.02.04	Alienação de bens não de uso próprio	154.286	142.810	213.106
6.02.05	(Aquisição) de investimentos	-3.029	-19.026	0
6.02.06	Redução de investimentos	2.082	0	0
6.02.07	Aquisição de imobilizado de uso	-99.509	-6.841	-15.708
6.02.08	(Aumento) de intangível	-61.862	-31.266	-67.407
6.02.11	Dividendos recebidos	3.517	3.896	3.332
6.02.12	(Aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-225.130	-494.185	-610.897
6.02.13	Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	478.989	612.771	565.001
6.02.14	(Aumento) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-3.876.184	-1.054.747	-415.700
6.02.15	Redução de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	608.524	66.848	364.082
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.853.724	653.536	608.620
6.03.01	Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	8.175.739	6.993.590	1.350.272
6.03.02	Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	-4.927.624	-3.622.821	-836.178
6.03.03	Resgate de dívidas subordinadas	0	-2.515.985	-348.571
6.03.04	Emissão de obrigações por empréstimos	860.505	0	0
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-254.896	-201.248	-86.715
6.03.08	Aumento de capital	0	0	521.812
6.03.09	Emissão de dívidas subordinadas	0	0	8.000
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.898	2.053	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.251.320	23.354	1.215.066
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.254.794	1.231.440	16.374
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.474	1.254.794	1.231.440

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.175.222	207.322	0	958.655	0	-23.731	5.317.468
5.03	Saldo Ajustado	4.175.222	207.322	0	958.655	0	-23.731	5.317.468
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	774.576	0	774.576
5.05	Destinações	0	0	0	477.868	-774.576	0	-296.708
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-35.628	0	-35.628
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-261.080	0	-261.080
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	477.868	-477.868	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	3.297	3.297
5.13	Saldo Final	4.175.222	207.322	0	1.436.523	0	-20.434	5.798.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	4.175.222	207.322	0	557.982	0	-14.358	4.926.168
5.03	Saldo Ajustado	4.175.222	207.322	0	557.982	0	-14.358	4.926.168
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	655.569	0	655.569
5.05	Destinações	0	0	0	400.673	-655.569	0	-254.896
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-8.766	0	-8.766
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-246.130	0	-246.130
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	400.673	-400.673	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-9.373	-9.373
5.13	Saldo Final	4.175.222	207.322	0	958.655	0	-23.731	5.317.468

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919
5.03	Saldo Ajustado	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	515.935	0	515.935
5.05	Destinações	0	0	0	0	-201.248	0	-201.248
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.248	0	-3.248
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-198.000	0	-198.000
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	314.687	-314.687	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.250	-6.250
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-6.250	-6.250
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	521.812	0	0	0	0	521.812
5.13	Saldo Final	3.653.410	729.134	0	557.982	0	-14.358	4.926.168

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	8.218.350	6.931.622	5.443.266
7.01.01	Intermediação Financeira	10.476.162	9.591.118	8.148.467
7.01.02	Prestação de Serviços	741.682	471.927	391.949
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.788.663	-1.431.713	-1.562.526
7.01.04	Outras	-1.210.831	-1.699.710	-1.534.624
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.135.254	-2.246.381	-2.259.476
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.589.676	-2.702.837	-2.038.826
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-4.168	-3.773	-4.403
7.03.02	Serviços de Terceiros	-571.064	-424.459	-390.951
7.03.04	Outros	-3.014.444	-2.274.605	-1.643.472
7.03.04.01	Comissões pagas a lojistas e promotores	-1.815.158	-1.520.912	-1.060.297
7.03.04.02	Processamento de dados	-353.468	-273.701	-221.383
7.03.04.03	Serviços do sistema financeiro	-307.817	-214.559	-164.012
7.03.04.04	Comunicações	-110.152	-68.242	-46.937
7.03.04.05	Despesas com busca e apreensão de bens	-12.320	-20.318	-30.339
7.03.04.06	Propaganda, promoções e publicações	-283.574	-118.799	-64.906
7.03.04.07	Transportes	-5.487	-3.582	-5.815
7.03.04.08	Manutenção e conservação de bens	-13.791	-6.047	-6.243
7.03.04.09	Taxas e emolumentos	-3.094	-2.325	-3.941
7.03.04.10	Viagens	-1.618	-1.725	-6.773
7.03.04.11	Outras	-107.965	-44.395	-32.826
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.493.420	1.982.404	1.144.964
7.05	Retenções	-101.545	-130.361	-65.908
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-101.545	-130.361	-65.908
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.391.875	1.852.043	1.079.056
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.824	20.663	-110.225
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	44.824	20.663	-110.225
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.436.699	1.872.706	968.831
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.436.699	1.872.706	968.831

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.01	Pessoal	682.017	498.604	434.071
7.09.01.01	Remuneração Direta	533.650	384.025	331.309
7.09.01.02	Benefícios	103.619	81.895	74.325
7.09.01.03	F.G.T.S.	34.212	24.533	21.872
7.09.01.04	Outros	10.536	8.151	6.565
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	851.192	637.513	-36.455
7.09.02.01	Federais	820.534	616.339	-54.631
7.09.02.02	Estaduais	23	5	15
7.09.02.03	Municipais	30.635	21.169	18.161
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	128.914	81.020	55.280
7.09.03.01	Aluguéis	128.914	81.020	55.280
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	774.576	655.569	515.935
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	261.080	246.130	198.000
7.09.04.02	Dividendos	35.628	8.766	3.248
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	477.868	400.673	314.687

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	48.139.722	38.806.445	33.179.453
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.829.526	10.361	105.789
1.01.01	Disponibilidades	3.943	4.854	4.220
1.01.02	Depósitos Compulsórios no Banco Central	2.825.583	5.507	101.569
1.02	Ativos Financeiros	40.094.791	33.826.110	28.225.988
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	5.721.995	1.633.880	2.122.114
1.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	239.860	254.387	359.782
1.02.01.04	Derivativos	2.498	2.394	291.169
1.02.01.05	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	5.479.637	1.377.099	1.471.163
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	637.887	878.798	987.803
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	632.943	866.173	986.659
1.02.02.02	Instrumentos de Patrimônio	4.944	12.625	1.144
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	33.734.909	31.313.432	25.116.071
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	5.434.134	1.824.992	741.211
1.02.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	11.735	1.251.938	1.242.794
1.02.03.03	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	27.061.757	26.079.387	20.657.984
1.02.03.04	Benefício Residual em Operações Securitizadas	4.493	3.887	3.588
1.02.03.05	Recebíveis Imobiliários	16.900	18.789	19.347
1.02.03.06	Outros Ativos Financeiros	1.205.890	2.134.439	2.451.147
1.03	Tributos Diferidos	4.172.134	4.007.397	3.747.366
1.03.01	A Compensar	634.756	596.917	437.727
1.03.02	Diferido	3.537.378	3.410.480	3.309.639
1.04	Outros Ativos	808.543	695.641	764.854
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	163.284	265.239	287.457
1.04.03	Outros	645.259	430.402	477.397
1.05	Investimentos	15.997	0	0
1.05.01	Participações em Coligadas	15.997	0	0
1.06	Imobilizado	102.223	23.360	28.628
1.06.01	Imobilizado de Uso	102.223	23.360	28.628

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.07	Intangível	116.508	243.576	306.828
1.07.01	Intangíveis	116.508	243.576	306.828

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	48.139.722	38.806.445	33.179.453
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	54.669	9.261	133.583
2.01.01	Derivativos	54.669	9.261	133.583
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	35.916.545	28.413.265	24.180.818
2.03.01	Depósitos de Clientes	20.499.655	12.761.681	11.394.051
2.03.02	Depósitos de Instituições Financeiras	4.633.082	10.054.757	8.661.733
2.03.03	Recursos de Emissão de Títulos	9.380.408	5.346.049	1.868.324
2.03.04	Obrigações por Empréstimos	812.045	0	0
2.03.05	Dívidas subordinadas	9.329	8.784	1.884.941
2.03.06	Outros passivos financeiros	582.026	241.994	371.769
2.04	Provisões	419.363	513.622	591.125
2.05	Passivos Fiscais	702.170	626.822	537.524
2.05.01	Correntes	451.271	451.148	343.059
2.05.02	Diferido	250.899	175.674	194.465
2.06	Outros Passivos	5.073.125	3.703.133	2.557.765
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	5.973.850	5.540.342	5.178.638
2.08.01	Capital Social Realizado	4.175.222	4.175.222	4.175.222
2.08.01.01	De Domiciliado no País	3.699.805	3.606.057	3.261.355
2.08.01.02	De Domiciliados no Exterior	475.417	569.165	392.055
2.08.01.03	Aumento de Capital	0	0	521.812
2.08.02	Reservas de Capital	207.322	207.322	207.322
2.08.04	Reservas de Lucros	1.603.926	1.173.158	800.676
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-12.839	-15.360	-4.582
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	219	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	8.269.847	8.497.406	7.845.785
3.01.01	Receita com Juros e Similares	8.269.847	8.497.406	7.845.785
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.735.818	-3.278.117	-3.095.584
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-2.122.838	-2.228.920	-2.220.162
3.02.02	Perda Esperada de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-613.464	-1.049.962	-875.995
3.02.03	Perda Esperada com Demais Ativos Financeiros	484	765	573
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	5.534.029	5.219.289	4.750.201
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.510.433	-4.333.337	-4.186.443
3.04.02	Despesas de Pessoal	-785.367	-574.152	-501.695
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.985.395	-2.118.389	-2.115.169
3.04.04	Despesas Tributárias	-384.765	-297.545	-222.775
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.588.493	764.343	516.684
3.04.05.01	Resultado de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	-3.873	-4.205	-8.358
3.04.05.02	Resultado de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-19	-297	3.689
3.04.05.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	665.122	150.439	-101.386
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-68	11	2.371
3.04.05.05	Receitas de Tarifas e Comissões	702.946	476.629	268.336
3.04.05.06	Outras Receitas Operacionais	224.385	141.766	352.032
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.943.399	-2.107.594	-1.863.488
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	-85.130	-115.853	-49.485
3.04.06.02	Provisões (Líquidas)	-181.171	-196.564	-200.206
3.04.06.03	Outras Despesas Operacionais	-1.705.775	-1.844.914	-1.579.608
3.04.06.04	Resultado na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	28.677	49.737	-34.189
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.023.596	885.952	563.758
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-296.120	-258.574	58.057
3.06.01	Corrente	-347.434	-387.079	-292.562
3.06.02	Diferido	51.314	128.505	350.619
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	727.476	627.378	621.815
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	727.476	627.378	621.815

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,6	0,52	0,54
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,6	0,52	0,54
3.99.01.01	ON	0,6	0,52	0,54

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	727.476	627.378	621.815
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.521	-10.778	-8.777
4.02.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3.930	-16.461	-13.306
4.02.02	Efeito Tributário	-1.409	5.683	4.529
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	729.997	616.600	613.038
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	729.997	616.600	613.038

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.078.464	151.728	581.874
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.674.276	2.380.088	1.783.804
6.01.01.01	Lucro Líquido	727.476	627.378	621.815
6.01.01.02	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.898	-2.053	-1.828
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	85.130	115.853	49.485
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	544	-20.974	-8.521
6.01.01.05	Resultado na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	-29.167	-9.851	42.710
6.01.01.06	Perda Esperada em Outros Ativos	0	0	3.942
6.01.01.07	Constituição de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	181.171	196.564	200.206
6.01.01.08	Cessão de Direitos	0	-18.912	0
6.01.01.09	Perda Esperada de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	613.464	1.049.962	875.995
6.01.01.10	Variação Cambial de Obrigações por Empréstimos e Dívidas Subordinadas	-22.839	570.626	0
6.01.01.11	Impairment de ágio na aquisição de investimentos	171.709	0	0
6.01.01.12	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-51.314	-128.505	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.752.740	-2.228.360	-1.201.930
6.01.02.01	Redução/(Aumento) em Depósitos Compulsórios	-2.820.076	96.062	-101.020
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	14.423	394.170	31.906
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-16.699	-14.561	-64.953
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	-5.974	12.795	-8.898
6.01.02.05	(Aumento) em Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-5.698.372	-6.377.301	-3.741.178
6.01.02.06	Redução/(Aumento) em Outros Ativos Financeiras	588.351	221.850	-840.071
6.01.02.07	(Aumento)/Redução em Ativos Fiscais	-114.832	-139.478	-513.532
6.01.02.08	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	-262.534	-79.477	-260.056
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em Depósitos de Clientes	7.737.974	1.424.637	2.248.965
6.01.02.10	Aumento/(Redução) em Depósitos de Instituições Financeiras	-5.421.675	1.393.024	938.108
6.01.02.11	Aumento/(Redução) em Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	45.408	-124.322	-43.046
6.01.02.12	Aumento/(Redução) em Outros Passivos Financeiros	1.112.293	57.290	206.535
6.01.02.13	Aumento/(Redução) em Provisões	-275.430	-274.067	-217.948
6.01.02.14	Aumento/(Redução) em Passivos Fiscais	488.375	531.066	471.904

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.15	Aumento/(Redução) em Outros Passivos	1.289.055	1.091.720	862.356
6.01.02.16	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-413.027	-441.768	-171.002
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.013.372	-773.837	32.520
6.02.01	(Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-228.159	-513.211	-610.897
6.02.02	Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	478.989	612.771	565.001
6.02.03	(Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-3.876.184	-1.054.747	-415.700
6.02.04	Redução em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	608.524	66.848	364.082
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	154.286	142.810	213.149
6.02.06	Redução de Investimentos	2.082	0	0
6.02.07	(Aquisição) de Imobilizado	-100.337	-6.841	-15.708
6.02.08	(Aquisição) de Intangível	-61.862	-31.266	-67.407
6.02.09	Dividendos Recebidos	176	0	0
6.02.10	Cessão de Direitos	9.113	9.799	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.842.850	642.629	598.283
6.03.01	Emissão de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8.175.739	6.993.590	1.350.272
6.03.02	Resgate de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-4.927.624	-3.622.821	-836.178
6.03.03	Emissão de Obrigações por Empréstimos	858.015	0	0
6.03.04	Liquidação/Pagamentos de Dívidas Subordinadas	0	-2.515.985	-348.571
6.03.05	Pagamento de Arrendamento	-8.603	-10.907	-10.337
6.03.06	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-254.896	-201.248	-86.715
6.03.07	Participação de Acionistas Não Controladores	219	0	0
6.03.08	Emissão de Dívidas Subordinadas	0	0	8.000
6.03.09	Aumento de Capital	0	0	521.812
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.898	2.053	1.828
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.247.088	22.573	1.214.505
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.256.792	1.234.219	19.714
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.704	1.256.792	1.234.219

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.175.222	207.322	1.173.158	0	-15.360	5.540.342	0	5.540.342
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.175.222	207.322	1.173.158	0	-15.360	5.540.342	0	5.540.342
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-296.708	0	-296.708	0	-296.708
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-35.628	0	-35.628	0	-35.628
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-261.080	0	-261.080	0	-261.080
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	727.476	2.521	729.997	0	729.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	727.476	0	727.476	0	727.476
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.521	2.521	0	2.521
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.521	2.521	0	2.521
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	430.768	-430.768	0	0	219	219
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	430.768	-430.768	0	0	0	0
5.06.04	Aquisição de investimento com participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	219	219
5.07	Saldos Finais	4.175.222	207.322	1.603.926	0	-12.839	5.973.631	219	5.973.850

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.175.222	207.322	800.676	0	-4.582	5.178.638	0	5.178.638
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.175.222	207.322	800.676	0	-4.582	5.178.638	0	5.178.638
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-254.896	0	-254.896	0	-254.896
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-8.766	0	-8.766	0	-8.766
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-246.130	0	-246.130	0	-246.130
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	627.378	-10.778	616.600	0	616.600
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	627.378	0	627.378	0	627.378
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.778	-10.778	0	-10.778
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-10.778	-10.778	0	-10.778
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	372.482	-372.482	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	372.482	-372.482	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.175.222	207.322	1.173.158	0	-15.360	5.540.342	0	5.540.342

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.653.410	207.322	380.109	0	4.195	4.245.036	0	4.245.036
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.653.410	207.322	380.109	0	4.195	4.245.036	0	4.245.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	521.812	0	0	-201.248	0	320.564	0	320.564
5.04.01	Aumentos de Capital	521.812	0	0	0	0	521.812	0	521.812
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.248	0	-3.248	0	-3.248
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-198.000	0	-198.000	0	-198.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	621.815	-8.777	613.038	0	613.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	621.815	0	621.815	0	621.815
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.777	-8.777	0	-8.777
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.777	-8.777	0	-8.777
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	420.567	-420.567	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	420.567	-420.567	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.175.222	207.322	800.676	0	-4.582	5.178.638	0	5.178.638

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	7.387.090	6.220.811	5.673.044
7.01.01	Intermediação Financeira	8.269.847	8.497.406	7.845.785
7.01.02	Prestação de Serviços	702.946	476.629	268.336
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-612.980	-1.049.197	-875.422
7.01.04	Outras	-972.723	-1.704.027	-1.565.655
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.122.838	-2.228.920	-2.220.162
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.864.618	-2.047.335	-2.066.982
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-4.170	-3.775	-4.409
7.03.02	Serviços de Terceiros	-591.897	-437.057	-408.856
7.03.04	Outros	-2.268.551	-1.606.503	-1.653.717
7.03.04.01	Comissões pagas a correspondentes bancários	-1.060.921	-848.925	-1.065.441
7.03.04.02	Processamento de dados	-353.639	-273.917	-222.961
7.03.04.03	Serviços do sistema financeiro	-308.645	-215.442	-164.842
7.03.04.04	Propaganda, promoções e publicidade	-283.940	-118.872	-65.245
7.03.04.05	Comunicações	-110.225	-68.374	-47.138
7.03.04.06	Despesas com busca e apreensão de bens	-12.333	-20.345	-30.354
7.03.04.07	Viagens	-1.618	-1.726	-6.779
7.03.04.08	Manutenção e conservação de bens	-13.793	-6.050	-6.249
7.03.04.09	Transportes	-5.487	-3.587	-5.828
7.03.04.10	Taxas e emolumentos	-3.866	-2.889	-4.624
7.03.04.13	Outras	-114.084	-46.376	-34.256
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.399.634	1.944.556	1.385.900
7.05	Retenções	-85.130	-115.853	-49.485
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-85.130	-115.853	-49.485
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.314.504	1.828.703	2.154.127
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.314.504	1.828.703	2.154.127
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.314.504	1.828.703	1.336.415
7.09.01	Pessoal	683.468	499.887	435.662
7.09.01.01	Remuneração Direta	534.671	384.947	332.525

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.09.01.02	Benefícios	103.810	82.155	74.627
7.09.01.03	F.G.T.S.	34.450	24.634	21.945
7.09.01.04	Outros	10.537	8.151	6.565
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	782.783	630.384	230.751
7.09.02.01	Federais	751.327	608.296	209.855
7.09.02.02	Estaduais	23	134	14
7.09.02.03	Municipais	31.433	21.954	20.882
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120.777	71.054	48.187
7.09.03.01	Aluguéis	120.777	71.054	48.187
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	727.476	627.378	621.815
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	261.080	246.130	198.000
7.09.04.02	Dividendos	35.628	8.766	3.248
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	430.768	372.482	420.567

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022 – Em conformidade com as disposições legais, o Banco PAN S.A. ("PAN", "Banco", "Banco PAN" ou "Companhia") e suas subsidiárias divulgam os resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações operacionais e financeiras do Banco, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, conforme a Legislação Societária e as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2021 foi um ano de transformações profundas no PAN alinhados com a estratégia de ser o banco parceiro dos brasileiros, atuando de **forma simples e eficiente**.

Realizamos ao longo desse período investimentos de aproximadamente R\$ 1 bilhão, com foco em 3 principais objetivos: **(i) Crescimento**: através da contínua expansão da base de clientes com cada vez mais eficiência e crescente *brand awareness*; **(ii) Engajamento**: com o lançamento de novos produtos e serviços, melhoria da experiência no app e ampliação dos canais de relacionamento; e **(iii) Monetização**: aumento de *cross-sell*, diversificação das fontes de receita e do portfólio de crédito, capturando benefícios do ganho de escala.

Olhando em perspectiva, os objetivos traçados foram superados, **hoje somos um dos maiores bancos digitais do Brasil**, com um ritmo de crescimento acelerado, atraímos 42 mil novos clientes por dia útil no 4T21, sendo mais de 49% destes originados de forma orgânica. Fechamos o ano com mais de **12,7 milhões de banking clients e 17,1 milhões de clientes totais**. Apenas em 2021, ampliamos nossa base em mais de 9,5 milhões de clientes e seguimos expandindo de forma relevante, atuando sempre com foco no nosso público-alvo.

Além disso, a expansão da oferta de produtos e serviços alinhados ao perfil e as necessidades do nosso cliente transformaram o nosso app. No 4T21, lançamos novos produtos como o **Car Equity e o Pré-aprovado de veículos, Seguro PIX, Loja PAN e Cartão Buscapé**. Esses produtos se somam ao **app** que já contava com **Turbo PAN, consignado, FGTS (antecipação do saque aniversário), Poupa PAN, seguro cartão, e seguro prestamista do empréstimo pessoal**.

Todos esses *deploys* de produtos, aliados a constante evolução do UX dos nossos canais, nos permitiu manter altos níveis de engajamento. Hoje **52% dos nossos banking clients são ativos** e no fechamento do 4T21 mais de **5,1 milhões de banking clients tinham algum produto de crédito com o Banco PAN**.

Isso se reflete em nosso **cross-sell, que passou de 2,4 no 3T21 para 2,6 no 4T21** e em nosso volume transacionado, que alcançou R\$ 18,7 bilhões em 2021 e R\$ 82,5 bilhões ao anualizarmos o mês de dezembro. Encerramos o 4T21 com mais de **5,4 milhões** de contas com chaves PIX cadastradas, **491 mil bankings clients** com seguros contratados e mais de **472 mil** clientes que realizaram recargas no trimestre.

Por fim, toda a evolução da nossa base de clientes, produtos ofertados e engajamento tem como objetivo criar uma plataforma completa oferecendo **Crédito, Banking, Meios de Pagamentos, Seguros, Investimentos e Marketplace**.

Com esse objetivo, anunciamos em outubro a aquisição da Mosaico para criar um ecossistema completo e oferecer aos nossos clientes soluções de consumo atreladas a soluções financeiras, facilitando a jornada de compra. Um mês após o anúncio da transação lançamos o Cartão Buscapé com *cashback* e a experiência da Loja PAN no nosso app.

Com a integração do *cashback* nas ofertas da Mosaico a tendência do **GMV foi revertida alcançando R\$ 535 milhões apenas na Black Friday**. Além disso, mais de **500 mil**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

cartões Buscapé já foram solicitados, comprovando a força do funil de aquisição dos canais da Mosaico.

Todas essas iniciativas de crescimento e engajamento, incluindo também a aquisição da Mobiauto, se refletem em uma capacidade de monetização crescente, base de um modelo sustentável de negócios que construímos ao longo dos últimos anos.

Nosso direcionamento em manter um crescimento sustentável alinhado a uma estratégia eficiente de engajamento nos permite monetizar nossa operação de maneira consistente. Apresentamos **lucro líquido de R\$ 190 milhões no 4T21 e R\$775 milhões em 2021** com ROE contábil de 13,3% e 13,9% respectivamente.

A **receita de serviços em 2021 cresceu 54% atingindo R\$ 743 milhões**, com maior diversificação de produtos e expansão das linhas de cartões e seguros. Ao longo dos próximos meses, novas receitas de serviços serão adicionadas, por exemplo com a ampliação da adquirência, maior quantidade de seguros ofertados e o lançamento do Saúde PAN.

Além de uma receita de serviços crescente, também possuímos o diferencial do crédito. Ao final de 2021, **5,4 milhões de nossos banking clients possuíam um total de R\$ 12,9 bilhões em crédito com o PAN, o que representa 37% de toda a carteira de crédito**. Acreditamos que o crédito é uma importante ferramenta para atração, engajamento e monetização de clientes, por isso continuamos a lançar novos produtos e melhorar a experiência do cliente. **Originamos mais de R\$ 6,9 bilhões em novos créditos no 4T21, alcançando uma carteira de crédito total de R\$ 34,9 bilhões, sendo 88% com colateral**.

Para 2022, seguiremos firmes na nossa estratégia baseada nos **3 pilares: Crescimento, Engajamento e Monetização**, fortalecendo a marca PAN, lançando novos e inovadores produtos e entregando resultados para nossos clientes e acionistas.

ORIGINAÇÃO DE VAREJO E CARTEIRA DE CRÉDITO

Com os investimentos em inovação e simplificação de processos, avançamos na estratégia de origemação de crédito com ganhos de eficiência

Durante o 4T21, originamos uma média mensal de R\$ 2.300 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 2.356 milhões do 3T21 e aos R\$ 2.713 milhões do 4T20, registrando uma queda de 2% no trimestre e 15% no ano.

A operação de FGTS provou ser um sucesso originando mais de R\$ 3,8 bilhões em novos créditos desde o início da operação. No 4T21 originamos R\$ 2.361 milhões em FGTS, 64% a mais do que o 3T21.

Nas operações de crédito consignado, originamos R\$ 1.958 milhões no 4T21, frente aos volumes de R\$ 3.063 milhões no 3T21 e aos R\$ 5.396 milhões no 4T20.

Em veículos, foram originados R\$ 2.345 milhões em novos financiamentos, 1% a mais em comparação aos R\$ 2.331 milhões do 3T21, e queda de 13% frente aos R\$ 2.683 milhões originados no 4T20.

A Carteira de Crédito Expandida encerrou 2021 com saldo de R\$ 34.896 milhões, apresentando crescimento de 5% em relação ao saldo de R\$ 33.262 milhões no encerramento do 3T21, e crescimento de 21% em relação ao saldo de R\$ 28.907 milhões no final de 2020.

No 4T21, o indicador de créditos vencidos acima de 90 dias sobre a carteira foi de 6,3% frente a 5,8% no 3T21, evoluindo conforme a mudança de mix do portfólio. O indicador de créditos vencidos entre 15 e 90 dias sobre a carteira total do 4T21 foi de 7,8%, 0,3p.p. maior do que o 7,5% do 3T21 e 1,5p.p. maior do que o mesmo período de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONSIGNADO E FGTS

Em junho de 2021, passamos a ofertar em nossa plataforma a antecipação do saque-aniversário do FGTS. Fomos pioneiros na oferta desse produto diretamente pelo app. Além de alcançar diretamente nosso público-alvo, essa modalidade dá a oportunidade para que negativados tenham acesso ao crédito, aumentando o engajamento e fidelização do cliente.

Em apenas 7 meses de operação, o produto provou ser um sucesso, nesse período originamos mais de R\$ 3,8 bilhões em novos créditos para mais de 2 milhões de clientes. Apenas no 4T21 originamos R\$ 2.361 milhões.

O adiantamento do FGTS tem se mostrado uma ótima ferramenta para engajar clientes. Além disso, apresenta risco inferior ao consignado e margens robustas. Desde seu lançamento, 66% dos clientes FGTS já são Banking Clients, o que ajuda na redução de custos com comissões, melhora a margem da carteira e permite o refinanciamento e o cross-sell desses clientes.

No mercado de crédito consignado, temos como foco a atuação na concessão de empréstimos e cartão consignado a servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Nossa estratégia é nos mantermos como um player relevante com foco em convênios federais, figurando entre os maiores originadores do mercado de beneficiários e pensionistas do INSS.

Em outubro de 2021, incluímos o consignado em nosso aplicativo facilitando a contratação de novos créditos. Essa nova experiência está alinhada a nossa estratégia de oferecer uma plataforma completa, engajando cada vez mais o nosso público B2C.

Em outubro e novembro, devido às margens continuarem comprimidas, originamos R\$ 1.703 milhões no 4T21, frente aos volumes de R\$ 2.805 milhões no 3T21 e aos R\$ 5.211 milhões no 4T20. Em dezembro, a taxa máxima voltou a subir, reestabelecendo os níveis de margem do produto. Em 2021, originamos R\$ 10.833 milhões, 25% menos do que os R\$ 14.564 milhões originados em 2020.

No produto cartão de crédito consignado, originamos R\$ 255 milhões no 4T21, frente aos R\$ 257 milhões originados no 3T21 e aos R\$ 185 milhões originados no 4T20. Em 2021 originamos um total de R\$ 995 milhões frente aos R\$ 972 milhões de 2020, crescimento de 2%.

A carteira de empréstimos consignados encerrou o ano com saldo de R\$ 9.606 milhões, frente aos R\$ 11.531 milhões do 3T21 e aos R\$ 13.096 milhões do 4T20, apresentando queda de 17% no trimestre e 27% na comparação anual. Já a carteira de cartão de crédito consignado encerrou o ano com saldo de R\$ 2.173 milhões, registrando um aumento de 3% frente ao saldo de R\$ 2.120 milhões do trimestre anterior e de 7% em relação ao saldo de R\$ 2.032 milhões no 4T20.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Com a aprovação do Banco Central, concluímos a aquisição da Mobiauto, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. Além da nossa expertise em crédito, a Mobiauto já se provou como instrumento importante para alavancar a participação de mercado no financiamento de veículos leves e motos, aprimorando a experiência dos clientes e aumentando o engajamento dos lojistas parceiros, ampliando nosso ecossistema através de tecnologia e contextualização dos produtos e serviços.

Nosso foco é no financiamento de veículos leves usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas e a Mobiauto nos permite estar presente desde o início da jornada de compra de um veículo.

Durante o 4T21, originamos R\$ 2.345 milhões em novos financiamentos de veículos leves e motos, com leve alta de 1% em comparação aos R\$ 2.331 milhões do 3T21, e queda de 13% frente aos R\$ 2.683 milhões originados no 4T20. Ao longo de 2021, originamos um total de R\$ 9.862 milhões em veículos leves e motos, 43% superior aos R\$ 6.914 milhões de 2020.

A originação de veículos leves foi de R\$ 2.032 milhões no 4T21, com 2% superior frente aos R\$ 1.986 milhões originados no 3T21 e 7% menor em relação aos R\$ 2.191 milhões originados no 4T20. Já no segmento de motos, originamos R\$ 312 milhões no 4T21, frente aos R\$ 345 milhões no 3T21 e aos R\$ 492 milhões no 4T20, apresentando queda de 10% e 36% respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A carteira de crédito de veículos encerrou o ano em R\$ 14.885 milhões, com aumento de 5% em relação aos R\$ 14.233 milhões do 3T21 e 32% em relação aos R\$ 11.299 milhões ao final do 4T20.

BANCO TRANSACIONAL

Cada vez mais nossa conta apresenta produtos e serviços que ampliam o engajamento dos clientes. O crédito é o principal instrumento para atração, engajamento e monetização, mas nossa estratégia vai além. Quase dois anos depois do início de nossa jornada para criar uma plataforma completa que alinha produtos e serviços financeiros a transacionalidade e consumo, já colhemos frutos de nossos investimentos.

No 4T21, seguimos com o nível de crescimento acelerado, adquirindo 42 mil novos clientes por dia útil, sendo 49% via fluxo orgânico. Em apenas 6 meses, os ganhos de eficiência trouxeram o CAC para R\$ 35 por cliente no 4T21 comparado aos R\$ 62 do 2T21. Encerramos 2021 com 17,1 milhões de clientes totais e 12,7 milhões de *banking clients* com uma ativação¹ de 52% e um *cross-sell index* de 2,6 produtos por cliente ativo.

Encerramos 2021 com 17,1 milhões de clientes totais e 12,7 milhões de *banking clients* com uma ativação de 52% e um *cross-sell index* de 2,6 produtos por cliente ativo.

Continuamos a apresentar fortes indicadores de engajamento. No 4T21, possuíamos mais de 5,4 milhões de contas com chaves PIX cadastradas. Esses indicadores refletem um crescimento de 36% no volume total transacionado no trimestre, somando R\$ 44,4 bilhões de TPV total em 2021.

O engajamento de nossos clientes é uma prioridade para o Banco PAN e ao longo do desenvolvimento de nossa plataforma vemos o engajamento gerar mais transações em nossa conta digital e cartões de crédito e débito. Nesse trimestre, o volume de transações de cartões foi de R\$ 5,4 bilhões, um aumento de 126% em relação aos R\$ 2,4 bilhões no 4T20.

CARTÕES DE CRÉDITO

Alavancados pelo crescimento da nossa conta digital e em linha com a nossa estratégia de diversificação de clientes e produtos, continuamos com a forte evolução do segmento de cartões de crédito e ampliando nossa base de clientes.

Nossa carteira de cartões de crédito cresce à medida em que nossos clientes ampliam seu engajamento e utilizam também o parcelamento e crédito rotativo. Encerramos o ano com saldo de R\$ 3.649 milhões, registrando crescimento de 17% e 106% frente aos saldos de R\$ 3.118 milhões e R\$ 1.772 milhões, do 3T21 e 4T20, respectivamente.

Em novembro de 2021, lançamos o cartão *cobranded* Buscapé, em uma iniciativa em conjunto com a Mosaico. O novo cartão oferece benefícios como, isenção de anuidade, *cashback* em todas as compras e garantia do menor preço. Em menos de 3 meses de seu lançamento, já recebemos mais de 500 mil solicitações de cartão *cobranded*, demonstrando o potencial desse produto.

No 4T21, reduzimos a emissão de novos cartões de crédito para 352 mil novos cartões, como uma medida preventiva dada a deterioração do cenário macroeconômico brasileiro, entretanto continuamos oferecendo não apenas cartões de crédito como outras modalidades de crédito para o nosso cliente.

EMPRÉSTIMO PESSOAL

Focados na estratégia de criar uma plataforma completa para os clientes PAN, o empréstimo pessoal, visa complementar a gama de produtos que em nossa visão engajam e fidelizam o cliente final.

¹ Clientes que possuam crédito, depósito em conta corrente, ou que realizaram qualquer transação nos últimos 90 dias a partir de setembro 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O empréstimo pessoal é uma ferramenta fundamental no cotidiano do cliente, que em diversos momentos enfrenta a necessidade de complementar seu fluxo de caixa, fazer investimentos pontuais e cobrir necessidades do dia a dia.

Encerramos o 4T21 com uma carteira de R\$ 470 milhões, 31% maior aos R\$ 359 milhões do 3T21 e 539% superior aos R\$ 74 milhões do 4T20.

SEGUROS

A distribuição de seguros é peça chave dentro da estratégia de diversificação, cross-sell e expansão da nossa plataforma completa de serviços focados em atender as necessidades específicas dos nossos clientes. Nesse trimestre expandimos nosso portfolio, incluindo o Seguro PIX e o Seguro do Cartão.

Fechamos o ano com mais de 1,7 milhão de clientes com seguros, sendo 491 mil bankings clients. A alta penetração dos seguros dentro de nossa base de banking clients demonstra grande capacidade de cross-sell. Vamos continuar a desenvolver uma plataforma one-stop-shop, 100% disponível no aplicativo facilitando a contratação de serviços e produtos contextuais. Em breve, teremos novas ofertas de seguros, como: Seguro FGTS, Seguro de Vida, Seguro de Perda de Renda, Seguro Residencial, entre outros.

No 4T21, originamos R\$ 124 milhões em prêmios de seguros, alcançando um total anual de R\$ 581 milhões, 41% superior frente aos R\$ 412 milhões originados em 2020. Esses valores se refletem em nossa receita de seguros que fechou o 4T21 em R\$ 54,3 milhões e o ano em R\$ 195 milhões, valores 97% e 144% superiores aos mesmos períodos em 2020.

CARTEIRAS EM RUN-OFF

A carteira em *run-off* seguiu recuando de forma relevante, 41% em 12 meses, e encerrou o ano em R\$ 375 milhões, basicamente representada por créditos imobiliários para pessoas físicas (home equity) com alto nível de provisionamento.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 34,7 bilhões no encerramento do 4T21 apresentando a seguinte composição: (i) R\$ 20,3 bilhões em depósitos a prazo, representando 58% do total; (ii) R\$ 9,2 bilhões referente a emissões de letras financeiras, ou 26% do total; (iii) R\$ 3,4 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 10% do total e; (v) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 1,9 bilhão, equivalentes a 5% das captações totais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA GERENCIAL – NIM

Em 2021, mantivemos entregas consistentes, refletindo em uma margem financeira de R\$ 6.662 milhões, crescimento de 24% em relação ao R\$ 5.372 milhões de 2020 e 59% em relação aos R\$ 4.183 milhões em 2019.

A cessão de carteira nos permite manter níveis altos de originação e controlar o risco da carteira de crédito. Apesar disso, em 2021 notamos um crescimento da margem excluindo o resultado da cessão, demonstrando um crescimento nos resultados das novas linhas de negócios.

Entre 2019 e 2020, a NIM excluindo resultado de cessão cresceu 23%, passando de R\$ 3.231 milhões para R\$ 3.960. Entre 2020 e 2021, o crescimento foi ainda maior, de 52% alcançando R\$ 6.024 milhões.

Em relação aos ativos rentáveis médios, a NIM foi de 18,5% em 2021 e 18,4% no 4T21 enquanto a NIM sem cessão foi de 16,8% em 2021 e 17,9% no 4T21. Nas comparações anuais, a NIM foi 0,5 p.p. menor e a NIM sem cessão foi 2,8 p.p. maior em relação a 2020. Estes patamares se mantiveram altos, e estão relacionados aos spreads robustos das operações de crédito e a expansão das novas linhas de crédito com margens maiores.

PROVISÕES E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 408 milhões, frente aos R\$ 378 milhões do 3T21 e aos R\$ 247 milhões do 4T20. Em relação à carteira, estas despesas líquidas de recuperação anualizadas passaram de 4,6% no 3T21 para 4,8% no 4T21.

CUSTOS E DESPESAS

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 563 milhões no 4T21, frente aos R\$ 525 milhões no 3T21 e aos R\$ 452 milhões do 4T20, refletindo principalmente os investimentos em novas linhas de negócios com a criação da unidade de banking clients.

As despesas com originação somaram R\$ 435 milhões ao final do trimestre frente aos R\$ 506 milhões do 3T21 e aos R\$ 539 milhões do 4T20, acompanhando os volumes de originação de crédito e aquisição de clientes.

RESULTADO LÍQUIDO

No 4T21, registramos LAIR de R\$ 276 milhões, queda de 1% frente ao LAIR de R\$ 280 milhões do 3T21 e aumento de 6% frente ao LAIR de R\$ 261 milhões do 4T20.

O Lucro Líquido foi de R\$ 190 milhões, em linha com o lucro de R\$ 191 milhões do 3T21 e 11% maior frente ao lucro de R\$ 171 milhões do 4T20.

Os principais fatores que vem contribuindo positivamente para os resultados do último trimestre são: (i) margem financeira robusta; (ii) redução das despesas; e (iii) receitas crescentes de prestação de serviços.

Importante ressaltar que seguimos realizando investimentos na expansão de nossa plataforma e na aquisição de clientes, sem diferimento ou ativação. Isto totalizou R\$ 1 bilhão de incremento nas despesas de 2020 para 2021.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 13,3% no 4T21, frente ao retorno de 13,6% no 3T21 e de 13,0% no 4T20. O retorno ajustado anualizado (não auditado) foi de 18,0% no 4T21, frente aos retornos de 18,4% no 3T21 e de 20,9% no 4T20.

O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimentos relevantes até 2025), comparado com o custo de *funding* atual do PAN para o mesmo prazo e (ii) o excedente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 5.799 milhões em dezembro de 2021, frente aos R\$ 5.676 milhões em setembro de 2021 e aos R\$ 5.317 milhões em dezembro de 2020.

Em função da consolidação do Banco PAN no consolidado prudencial do BTG Pactual, o índice de Basileia individual deixou de ser formalmente divulgado. Entretanto, seguimos divulgando um índice gerencial para acompanhamento da capitalização do Banco PAN.

O Índice de Basileia gerencial (proforma) encerrou o 4T21 em 17,3% frente aos 15,3% registrados ao final do 3T21 e aos 15,9% registrados no 4T20, todos compostos integralmente por Capital Principal. No 4T21, consideramos também o efeito da incorporação da Mosaico, que ainda não foi concluída e aguarda aprovação pelo Banco Central do Brasil.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC em 2021 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria para Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no valor de R\$ 94 mil; (ii) emissão de relatório sobre controles internos relativos a operações de cessão de crédito no valor de R\$ 273 mil; e (iii) trabalho relacionado a Mercado de Capitais no montante de R\$ 112 mil, totalizando montante inferior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, de que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do PAN, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

Notas Explicativas

Em concordância a Resolução CMN nº 3.853/10 e Carta Circular BACEN nº 3.447/10, a Instituição optou por elaborar suas Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referente às Informações Consolidadas, sendo que tal procedimento se aplica somente quando da elaboração destas informações em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração Consolidada do Resultado, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, bem como suas Notas Explicativas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	3.943	4.854
Instrumentos Financeiros		42.699.462	33.562.758
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	11.735	1.251.938
Aplicações no mercado aberto		5.710	1.251.889
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.974	-
Aplicações em depósitos de poupança		51	49
Títulos e valores mobiliários e derivativos	7.a	6.306.937	2.945.552
Carteira própria		4.865.283	1.455.548
Vinculados a prestação de garantias		226.330	194.073
Vinculados a compromissos de recompra		1.215.324	1.295.931
Relações interfinanceiras		2.828.435	9.047
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.825.583	5.507
Correspondentes no País		2.852	3.540
Operações de crédito	8	32.337.283	27.212.153
Operações de crédito		31.811.074	27.466.468
Títulos e créditos a receber		2.520.955	1.644.175
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	8.c	(1.994.746)	(1.898.490)
Outros ativos financeiros	9	1.215.072	2.144.068
Ativos fiscais		4.170.920	4.095.561
Correntes		634.756	596.917
Diferidos	33.b	3.536.164	3.498.644
Outros ativos	10	465.805	353.213
Outros valores e bens		323.761	374.658
Outros valores e bens	11.a	215.361	322.900
(Provisão para perdas)	11.a	(52.077)	(57.661)
Despesas antecipadas	11.b	160.477	109.419
Investimentos		20.941	12.625
Participações em controladas	12.a	15.997	-
Outros investimentos	12.b	4.944	12.625
Imobilizado	13	102.223	23.360
Outras imobilizações de uso		134.469	82.320
(Depreciações acumuladas)		(32.246)	(58.960)
Intangível	14	116.507	96.919
Ativos intangíveis		546.925	518.619
(Amortizações acumuladas)		(430.418)	(421.700)
Total do Ativo		47.903.562	38.523.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de reais - R\$)

Passivo	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos financeiros		38.419.034	29.823.754
Depósitos	15.a	24.034.791	21.566.403
Depósitos à vista		328.165	76.056
Depósitos interfinanceiros		3.446.520	8.747.715
Depósitos a prazo		20.260.106	12.742.632
Captações no mercado aberto	15.b	1.186.562	1.307.042
Carteira própria		1.186.562	1.307.042
Recursos de aceites e emissão de títulos	15.c	9.380.408	5.346.049
Recursos de letras financeiras e imobiliárias		9.380.408	5.346.049
Relações interfinanceiras	16	2.462.545	1.491.821
Recebimentos de pagamentos a liquidar		2.383.754	1.380.060
Correspondentes no País		78.791	111.761
Obrigações por empréstimos	17	822.538	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	39.488	-
Instrumentos financeiros derivativos		39.488	-
Outros passivos financeiros	18	492.702	112.439
Provisões	19	419.363	513.622
Obrigações fiscais		561.761	536.768
Correntes	20	451.271	451.148
Diferidas	33.e	110.490	85.620
Outros passivos		2.704.552	2.332.336
Sociais e estatutárias		371.683	325.131
Diversas	21	2.332.869	2.007.205
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	22	5.798.633	5.317.468
Capital social:		4.175.222	4.175.222
De domiciliados no País		3.699.805	3.606.057
De domiciliados no Exterior		475.417	569.165
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		1.436.523	958.655
Outros resultados abrangentes		(20.434)	(23.731)
Participação de acionistas não controladores		219	-
Total do Patrimônio líquido		5.798.852	5.317.468
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		47.903.562	38.523.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		10.488.930	9.597.475
Rendas de operações de crédito	8.g	9.337.934	9.283.593
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	65	56
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.e	417.832	161.628
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d	665.122	150.439
Resultado de operação de câmbio		1.862	1.598
Resultado das aplicações compulsórias		66.115	161
Despesas da intermediação financeira		(3.896.299)	(3.661.256)
Operações de captação no mercado	15.d	(2.106.986)	(2.229.543)
Operações de empréstimos e repasses		(548)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(1.788.765)	(1.431.713)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.592.631	5.936.219
Outras receitas (despesas) operacionais		(5.511.589)	(5.048.259)
Receitas de prestação de serviços	23	743.409	482.256
Despesas de pessoal	24	(785.367)	(574.152)
Outras despesas administrativas	25	(3.825.882)	(2.908.639)
Despesas tributárias	26	(384.765)	(297.545)
Despesas de provisões	27	(181.171)	(196.564)
Outras receitas/(despesas) operacionais	28	(1.077.813)	(1.553.615)
Resultado operacional		1.081.042	887.960
Resultado não operacional	29	28.677	49.737
Resultado antes dos tributos		1.109.719	937.697
Tributos sobre o lucro	33.a	(335.143)	(282.128)
Provisão para imposto de renda		(172.521)	(204.778)
Provisão para contribuição social		(201.710)	(160.017)
Ativo fiscal diferido		39.088	82.667
Lucro Líquido		774.576	655.569

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	774.576	655.569
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	3.297	(9.373)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	661	(785)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	4.445	(13.548)
Efeito tributário	(1.809)	4.960
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	777.873	646.196
Atribuível a:		
Acionistas controladores	777.873	646.196

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido		774.576	655.569
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.898)	(2.053)
Depreciações e amortizações	25	77.648	106.472
Amortização de ágio	28	25.053	25.053
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributários	19	181.171	196.564
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	29	544	(20.974)
Resultado na alienação de outros valores e bens	29	(29.167)	(9.851)
Variação cambial de obrigações por empréstimos e dívidas subordinadas	15.d	(20.978)	572.223
Cessão de direitos	29	-	(18.912)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	1.788.765	1.431.713
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(39.088)	(82.667)
Resultado líquido ajustado		2.756.626	2.853.137
Variação de Ativos e Passivos:			
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(5.976)	12.795
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(342.477)	2.040
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras		(1.848.664)	676.583
(Aumento) em operações de crédito		(6.941.752)	(6.857.637)
Redução em outros ativos financeiros		936.687	339.877
(Aumento) em ativos fiscais		(38.080)	(173.228)
(Aumento)/Redução em outros ativos		(101.366)	6.931
(Aumento) em outros valores e bens		(82.311)	(106.988)
Aumento em depósitos		2.468.388	1.806.424
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto		(120.480)	1.011.237
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		786.244	106.956
(Redução) em obrigações por empréstimos		(16.989)	-
Aumento em derivativos		39.488	163.124
Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros		380.263	(30.642)
(Redução) em provisões		(275.430)	(274.067)
Aumento em obrigações fiscais		438.020	536.823
Aumento em outros passivos		291.279	509.224
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(413.027)	(441.768)
Caixa Líquido (Usado)/Proveniente nas Atividades Operacionais		(2.089.557)	140.821
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(225.130)	(494.185)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		478.989	612.771
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(3.876.184)	(1.054.747)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		608.524	66.848
Alienação de bens não de uso próprio		154.286	142.810
(Aquisição) de investimentos		(3.029)	(19.026)
Redução de investimentos		2.082	-
(Aquisição) de imobilizado	13.b	(100.337)	(6.841)
(Aquisição) de intangível	14.b	(61.862)	(31.266)
Dividendos recebidos		176	-
Cessão de direitos		9.113	9.799
Caixa Líquido (Usado) nas Atividades de Investimento		(3.013.372)	(773.837)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		8.175.739	6.993.590
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(4.927.624)	(3.622.821)
Emissão de obrigações por empréstimos		860.505	-
Liquidação/pagamentos de dívidas subordinadas		-	(2.515.985)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(254.896)	(201.248)
Participação de acionistas não controladores		219	-
Caixa Líquido (Usado)/Proveniente nas Atividades de Financiamento		3.853.943	653.536
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.248.986)	20.520
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício	5	1.256.792	1.234.219
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.898	2.053
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	5	9.704	1.256.792
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(2.155.208)	(3.105.028)
Juros recebidos		8.985.144	8.394.322
Transferência de ativos não de uso próprio		(22.591)	22.068
Ganhos/(Perdas) não realizados em ativos financeiros		5.106	(14.333)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Receitas		8.238.320	6.972.629
Intermediação financeira		10.488.930	9.597.475
Prestação de serviços	23	743.409	482.256
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(1.788.765)	(1.431.713)
Outras receitas/(despesas)		(1.205.254)	(1.675.389)
Despesas de Intermediação Financeira		(2.107.534)	(2.229.543)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(3.618.855)	(2.720.756)
Materiais, energia e outros	25	(4.170)	(3.775)
Serviços de terceiros	25	(591.897)	(437.057)
Comissões pagas a correspondentes bancários	25	(1.815.158)	(1.523.322)
Outras		(1.207.630)	(756.602)
Processamento de dados	25	(353.639)	(273.917)
Serviços do sistema financeiro	25	(308.645)	(215.442)
Propaganda, promoções e publicações	25	(283.940)	(118.872)
Comunicações	25	(110.225)	(68.374)
Despesas com busca e apreensão de bens	25	(12.333)	(20.345)
Manutenção e conservação de bens	25	(13.793)	(6.050)
Transportes	25	(5.487)	(3.587)
Taxas e emolumentos	25	(3.866)	(2.889)
Viagens	25	(1.618)	(1.726)
Outras	25	(114.084)	(45.400)
Valor Adicionado Bruto		2.511.931	2.022.330
Depreciações e Amortizações		(102.701)	(131.525)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		2.409.230	1.890.805
Valor Adicionado Total a Distribuir		2.409.230	1.890.805
Distribuição do Valor Adicionado		2.409.230	1.890.805
Pessoal		683.468	499.887
Remuneração direta	24	534.671	384.947
Benefícios	24	103.810	82.155
FGTS		34.450	24.634
Outros	24	10.537	8.151
Impostos, taxas e contribuições		821.807	653.938
Federal		790.351	631.850
Estadual		23	134
Municipal		31.433	21.954
Remuneração de capitais de terceiros	25	129.379	81.411
Aluguéis		129.379	81.411
Remuneração de capitais próprios		774.576	655.569
Juros sobre o capital próprio	22.c	296.708	254.896
Lucros retidos		477.868	400.673

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN", "Instituição" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso passou a oferecer uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas da intermediação financeira.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), com 71,69% do capital total*.

Em 31/12/2021 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.*	657.561	100,00%	206.354	37,69%	863.915	71,69
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	341.141	62,31%	341.141	28,31
Total	657.561	100,00%	547.495	100,00%	1.205.056	100,00

* Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.

a) Eventos societários

Em 05/04/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), e o Banco Sistema S.A. ("Banco Sistema"), subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da CaixaPar ("Contrato"), representativas de 49,2% do capital social votante e de 26,8% do capital social total da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor de R\$ 11,42 por cada uma das ações objeto ("Operação").

Em 19/05/2021 foi concluída a aquisição do Banco PAN pelo Banco Sistema, após verificado o cumprimento de todas as condições precedentes da operação, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB" ou "BACEN") e da autoridade concorrencial competente, encerrando-se nesta data o acordo de acionistas do Banco PAN, celebrado entre BTG Pactual e a CaixaPar em 31/01/2011.

Notas Explicativas

- **Aquisição Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda**

Em 13/09/2021, o Banco PAN comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021.

- **Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.**

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4 – “PAN”) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo de Associação”) para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”) (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o *e-commerce* do Brasil (“Operação”).

Uma vez aprovada pelas assembleias gerais do PAN e da Mosaico, a Operação será efetivada mediante a incorporação das ações de emissão da Mosaico pelo PAN, com emissão de 101.276.624 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal do PAN (“Ações BPAN4”) a serem entregues aos acionistas da Mosaico, em uma relação de troca de 0,8x (MOSI3/BPAN4). Desta forma, o capital social da Mosaico passará a ser integralmente detido pelo PAN e os atuais acionistas da Mosaico passarão a deter 7,8% do capital social do PAN.

Também no âmbito da Operação, os acionistas da Mosaico receberão 21.099.296 bônus de subscrição de emissão do PAN (“Bônus de Subscrição”), sendo que cada bônus dará direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que, a partir de 6/10/2021 e em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de condições suspensivas usuais de mercado, incluindo a obtenção, pela Mosaico e pelo PAN, das aprovações das respectivas Assembleias Gerais e do BACEN, tendo em vista a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ocorrida em 25/11/2021.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, aplicáveis às instituições financeiras, conforme regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as normas baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e com os princípios e as melhores práticas de contabilidade recomendados.

a) **Consolidação:**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco PAN foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/02/2022.

Notas Explicativas

b) As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Acionistas	Participação total %	
	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretas:		
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Controlada indireta:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	-

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários).

3) Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou com títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos Financeiros (Ativo):

Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são:

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

ii. Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

Notas Explicativas

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

iii. Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7.c.

Notas Explicativas

iv. Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculado "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco (Resolução CMN nº 2.682/99).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo CMN e pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

v. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Notas Explicativas

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

e) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda e despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda, correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (BNDU) e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de ativos não financeiros mantidos para venda alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

f) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

g) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentados na Nota Explicativa 13.

h) Intangível:

Corresponde a ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

A composição dos ativos intangíveis, estão apresentados na Nota Explicativa 14.

Notas Explicativas

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

j) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 33.

k) Instrumentos Financeiros (Passivo):

Correspondem a depósitos, captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras, e são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável a perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Notas Explicativas

- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições que, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

o) Lucro por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das demonstrações contábeis.

p) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em ativos não financeiros mantidos para venda; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:

Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2, de 12/08/2020, o Banco PAN classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco PAN.

r) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

4) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio e Resultado Recorrente

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Disponibilidades	2.272	1.690	(19)	3.943
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.176	4.559	-	11.735
Títulos e valores mobiliários	6.085.177	637.517	(415.757)	6.306.937
Relações interfinanceiras	2.828.435	-	-	2.828.435
Operações de crédito (4)	32.337.283	-	-	32.337.283
Outros ativos financeiros	1.213.304	1.768	-	1.215.072
Ativos fiscais	4.094.983	75.937	-	4.170.920
Outros ativos	458.417	18.507	(11.119)	465.805
Outros valores e bens	317.558	6.203	-	323.761
Investimentos	727.801	875	(707.735)	20.941
Imobilizado	101.395	828	-	102.223
Intangível	76.587	39.920	-	116.507
Total em 31/12/2021	48.250.388	787.804	(1.134.630)	47.903.562
Total em 31/12/2020	38.842.623	735.847	(1.054.522)	38.523.948

Passivo	Financeiro (1)	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Depósitos	24.450.567	-	(415.776)	24.034.791
Captações no mercado aberto	1.186.562	-	-	1.186.562
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.380.408	-	-	9.380.408
Relações interfinanceiras	2.462.545	-	-	2.462.545
Obrigações por empréstimos	822.344	194	-	822.538
Derivativos	39.488	-	-	39.488
Outros passivos financeiros	492.702	-	-	492.702
Provisões	412.720	6.643	-	419.363
Obrigações fiscais	545.100	16.661	-	561.761
Outros passivos	2.659.319	56.352	(11.119)	2.704.552
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	5.798.633	707.954	(707.954)	5.798.633
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	-	-	219	219
Total em 31/12/2021	48.250.388	787.804	(1.134.630)	47.903.562
Total em 31/12/2020	38.842.623	735.847	(1.054.522)	38.523.948

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Receitas da intermediação financeira	10.476.226	29.419	(16.715)	10.488.930
Despesas da intermediação financeira	(3.912.912)	(102)	16.715	(3.896.299)
Resultado bruto	6.563.314	29.317	-	6.592.631
Outras receitas/(despesas) operacionais	(5.491.647)	(1.721)	(18.221)	(5.511.589)
Resultado não operacional	28.916	(239)	-	28.677
Tributos sobre o lucro	(326.007)	(9.136)	-	(335.143)
Total em 31/12/2021	774.576	18.221	(18.221)	774.576
Total em 31/12/2020	655.569	26.212	(26.212)	655.569

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A. e Pan Arrendamento Mercantil S.A.;

(2) Representado pelas empresas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda, Brazilian Securities Companhia de Securitização, Brazilian Finance & Real Estate S.A. e Pan Administradora de Consórcio Ltda;

(3) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes; e

(4) Valores líquidos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Notas Explicativas

c) Resultado Consolidado Recorrente e Não Recorrente:

A seguir, consta a Demonstração do Resultado Consolidado Recorrente para a data base de 31/12/2020. Não ocorreram eventos não recorrentes para a data base de 31/12/2021.

Demonstração do Resultado Consolidado Recorrente	Resultado Contábil	Eventos não Recorrentes	Resultado Recorrente
Receitas da intermediação financeira	9.597.475	-	9.597.475
Despesas da intermediação financeira	(3.660.933)	-	(3.660.933)
Resultado bruto	5.936.542	-	5.936.542
Outras receitas/(despesas) operacionais	(5.048.582)	-	(5.048.582)
Resultado não operacional (1)	49.737	18.912	30.825
Tributos sobre o lucro	(282.128)	(6.430)	(275.698)
Lucro Líquido em 31/12/2020	655.569	12.482	643.087

(1) Em maio de 2020, a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de Consórcio.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	19	201	1.690	2.150
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.253	2.704	2.253	2.704
Subtotal (caixa)	2.272	2.905	3.943	4.854
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.202	1.251.889	5.761	1.251.938
Total	3.474	1.254.794	9.704	1.256.792

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Aplicações Interfinanceiras de liquidez:

a) Composição e prazos:

Banco	Circulante				Não Circulante	31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Aplicações no Mercado Aberto:	1.202	-	-	-	-	1.202	1.251.889
Posição Bancada	1.202	-	-	-	-	1.202	1.251.889
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.202	-	-	-	-	1.202	1.249.990
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	1.899
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	5.974	5.974	-
Total em 31/12/2021	1.202	-	-	-	5.974	7.176	-
Total em 31/12/2020	1.251.889	-	-	-	-	-	1.251.889

Notas Explicativas

Consolidado	Circulante				Não Circulante		31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Aplicações no Mercado Aberto:	1.202	-	-	156	4.352	5.710	1.251.889	
Posição Bancada	1.202	-	-	156	4.352	5.710	1.251.889	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.202	-	-	156	4.352	5.710	1.249.990	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	1.899	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	5.974	5.974	-	
Aplicações em Depósitos de Poupança	51	-	-	-	-	51	49	
Total em 31/12/2021	1.253	-	-	156	10.326	11.735	-	
Total em 31/12/2020	1.251.938	-	-	-	-	-	1.251.938	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	17.633	35.648
Posição bancada	17.633	35.648
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	25	24
Total (Nota 7.e)	17.658	35.672

7) Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2021 e em 31/12/2020, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria:	4.647.050	1.232.193	4.865.283	1.455.548
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.223.359	686.952	4.223.359	686.952
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	423.691	544.907	423.691	544.907
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	-	334	-	334
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	218.233	223.355
Vinculados à prestação de garantias:	222.803	193.389	226.330	194.073
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	222.803	193.389	222.803	193.389
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	3.527	684
Vinculados a compromissos de recompra:	1.215.324	1.295.931	1.215.324	1.295.931
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.210.775	1.137.705	1.210.775	1.137.705
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.549	158.226	4.549	158.226
Total	6.085.177	2.721.513	6.306.937	2.945.552

Notas Explicativas

b) Composição por categorias e prazos:

Banco	31/12/2021								31/12/2020			
	Circulante		Não Circulante					Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos							
Títulos para negociação:	-	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)		
Títulos disponíveis para venda:	-	346.967	50.739	13.477	-	411.183	411.304	(121)	642.135	(783)		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	346.967	50.739	13.477	-	411.183	411.304	(121)	642.135	(783)		
Títulos mantidos até o vencimento	-	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.991	-		
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.657	-		
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	-	-	-	-	-	-	-	-	334	-		
Total	-	1.469.997	2.462.617	1.301.655	850.908	6.085.177	6.085.471	(294)	2.721.513	(1.352)		

Consolidado	31/12/2021								31/12/2020			
	Circulante		Não Circulante					Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos							
Títulos para negociação:	-	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)		
Títulos disponíveis para venda:	-	376.589	242.877	13.477	-	632.943	663.953	(31.010)	866.174	(36.087)		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	346.967	50.739	13.477	-	411.183	411.304	(121)	642.135	(783)		
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	27.189	191.044	-	-	218.233	249.122	(30.889)	223.355	(35.304)		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	2.433	1.094	-	-	3.527	3.527	-	684	-		
Títulos mantidos até o vencimento	-	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.991	-		
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.657	-		
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	-	-	-	334	-		
Total	-	1.499.619	2.654.755	1.301.655	850.908	6.306.937	6.338.120	(31.183)	2.945.552	(36.656)		

(1) Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") e bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("B3 S.A."). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em "Títulos mantidos até o vencimento", cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 205.678 (31/12/2020 – superior em R\$ 51.857); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Notas Explicativas

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial em operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como “negociação” ou “disponível para venda”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Notas Explicativas

i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

Banco e Consolidado	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante	Não Circulante	Total em	Total em
			Até 30 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Posição Passiva	(22.940)	(39.488)	-	(39.488)	(39.488)	-
Swap	(22.940)	(39.488)	-	(39.488)	(39.488)	-
Contratos Futuros (1)	(12.683)	(12.683)	(12.683)	-	(12.683)	(6.867)
Posição ativa (Nota 9)	2.498	2.498	2.498	-	2.498	2.394
Posição passiva	(15.181)	(15.181)	(15.181)	-	(15.181)	(9.261)
Total	(35.623)	(52.171)	(12.683)	(39.488)	(52.171)	(6.867)

(1) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

ii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

Banco e Consolidado	31/12/2021				31/12/2020
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência
Contratos de Swap					
Posição passiva:	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	-
Mercado Interfinanceiro	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	-
Compromissos de Compra:	859.512	-	-	-	1.319.785
Mercado Interfinanceiro	803.746	-	-	-	1.216.512
Outros	55.766	-	-	-	103.273
Compromissos de Venda:	21.632.843	-	-	-	20.268.647
Mercado Interfinanceiro	21.574.269	-	-	-	20.162.784
Moeda Estrangeira	2.808	-	-	-	2.590
Outros	55.766	-	-	-	103.273
Total	23.350.370	(22.940)	(16.548)	(39.488)	21.588.432

iii) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco e Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos swaps	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Libor x DI	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Contratos futuros	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.492.355	21.588.432
DDI	111.532	-	-	-	-	111.532	206.546
DI	2.627.174	-	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.378.015	21.379.296
Dólar	-	2.808	-	-	-	2.808	2.590
Total	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	12.795.903	23.350.370	21.588.432

iv) Local de negociação e contrapartes:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
B3 S.A. (balcão)	858.015	-
B3 S.A. (bolsa)	22.492.355	21.588.432
Total	23.350.370	21.588.432

Notas Explicativas

v) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:

Títulos Públicos	Banco e Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro (1)	121.728	96.724
Total	121.728	96.724

(1) Títulos dados em garantia da B3 S.A..

vi) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.244.383	1.933.206
Swap – Dólar (3)	864.397	-
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (1)	1.379.986	1.933.206
Posição Passiva	(18.999.824)	(18.633.887)
Futuros DII B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	(18.999.824)	(18.633.887)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	19.103.995	17.214.182
Operações de Crédito (2)	19.103.995	17.214.182
Posição Passiva	(2.241.046)	(1.904.951)
Empréstimo no Exterior (3)	(822.344)	-
Certificados de depósitos a prazo (1)	(1.418.702)	(1.904.951)

(1) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; (Nota 15); e

(2) Neste objeto *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos. (Nota 8)

(3) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior.

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

Banco e Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	-	(39.488)	(39.488)	1.041.358	(439.235)	602.123
Futuro	3.726.959	(3.022.349)	704.610	2.635.730	(3.087.414)	(451.684)
Total	3.726.959	(3.061.837)	665.122	3.677.088	(3.526.649)	150.439

e) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de renda fixa	397.669	124.483	400.174	125.956
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	17.658	35.672	17.658	35.672
Total	415.327	160.155	417.832	161.628

Notas Explicativas

8) Operações de Crédito

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Veículos (1)	14.410.813	41,30	11.139.940	38,54	14.410.813	41,30	11.139.940	38,54
Consignado (1)	8.087.183	23,18	11.535.216	39,90	8.087.183	23,18	11.535.216	39,90
Empréstimo FGTS (1)	3.737.316	10,71	-	-	3.737.316	10,71	-	-
Financiamento cartões de crédito (2)	3.386.542	9,70	2.364.148	8,18	3.386.542	9,70	2.364.148	8,18
Conta garantida	1.532.242	4,39	1.475.084	5,10	1.532.242	4,39	1.475.084	5,10
Empréstimo pessoal	454.180	1,30	70.698	0,24	454.180	1,30	70.698	0,24
Créditos vinculados à cessão (3)	365.240	1,05	87.568	0,30	365.240	1,05	87.568	0,30
Empréstimos imobiliário/habitacionais	269.369	0,77	372.362	1,29	269.369	0,77	372.362	1,29
Renegociações	96.347	0,28	156.409	0,54	96.347	0,28	156.409	0,54
Capital de giro	19.533	0,06	53.638	0,19	19.533	0,06	53.638	0,19
Limite emergencial	16.002	0,05	2.917	0,01	16.002	0,05	2.917	0,01
Financiamentos à exportação	-	-	5.316	0,02	-	-	5.316	0,02
Total das operações de crédito	32.374.767	92,78	27.263.296	94,31	32.374.767	92,78	27.263.296	94,31
Outros créditos (4)	2.520.854	7,22	1.644.136	5,69	2.520.956	7,22	1.644.175	5,69
Subtotal	34.895.621	100,00	28.907.432	100,00	34.895.723	100,00	28.907.471	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	(563.694)	-	203.172	-	(563.694)	-	203.172	-
Total	34.331.927	-	29.110.604	-	34.332.029	-	29.110.643	-
Circulante	16.994.528		13.132.320		16.994.630		13.132.359	
Não Circulante	17.337.399		15.978.284		17.337.399		15.978.284	

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil (Nota 7.c.vi);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8.f ii); e

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito.

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Banco	Níveis de risco									Total em 31/12/2021	Total em 31/12/2020
	Operações em curso anormal										
	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	1.694.335	751.643	704.865	363.856	226.797	157.464	111.314	397.916	4.408.190	3.279.579	
01 a 30	74.258	37.030	36.027	19.136	12.105	8.206	5.767	19.559	212.088	146.467	
31 a 60	72.023	37.379	36.030	18.820	12.069	8.185	5.696	19.184	209.386	145.486	
61 a 90	69.898	32.832	32.565	17.243	10.524	7.149	5.022	16.748	191.981	135.759	
91 a 180	192.779	94.669	90.496	46.948	29.314	20.009	13.906	50.391	538.512	381.042	
181 a 365	330.072	157.965	149.510	76.059	46.812	32.411	22.757	78.035	893.621	653.159	
Acima de 365	955.305	391.768	360.237	185.650	115.973	81.504	58.166	213.999	2.362.602	1.817.666	
Parcelas Vencidas	179.990	244.675	231.985	228.161	196.384	161.169	136.777	764.939	2.144.080	1.292.327	
01 a 14	167.055	14.564	35.160	53.431	36.054	29.071	23.589	39.268	398.192	168.023	
15 a 30	12.935	217.656	23.701	13.086	8.740	6.047	4.622	14.451	301.238	231.517	
31 a 60	-	12.455	157.208	29.941	17.070	11.134	8.291	26.194	262.293	123.587	
61 a 90	-	-	11.419	116.148	20.443	11.785	8.322	27.559	195.676	87.559	
91 a 180	-	-	4.497	15.555	107.823	92.668	83.847	112.519	416.909	205.664	
181 a 365	-	-	-	-	6.254	10.464	8.106	496.810	521.634	319.589	
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	48.138	48.138	156.388	
Subtotal	1.874.325	996.318	936.850	592.017	423.181	318.633	248.091	1.162.855	6.552.270	4.571.906	
Provisão Requerida	9.372	9.963	28.106	59.202	126.954	159.317	173.664	1.162.855	1.729.433	1.579.904	

Notas Explicativas

Banco	Níveis de risco									Total em 31/12/2021	Total em 31/12/2020
	Operações em curso normal										
	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	27.956.551	137.683	79.057	33.321	16.080	9.458	8.016	103.185		28.343.351	24.335.526
01 a 30	3.843.755	32.554	17.561	5.412	2.539	1.507	1.105	3.989		3.908.422	3.007.854
31 a 60	1.416.027	11.698	8.473	4.015	2.255	1.270	828	3.067		1.447.633	848.462
61 a 90	914.471	8.632	6.196	2.999	1.610	916	621	2.531		937.976	786.321
91 a 180	2.771.521	18.059	12.666	5.967	3.134	1.722	1.150	6.458		2.820.677	2.106.235
181 a 365	4.199.110	21.008	12.708	5.455	2.468	1.527	1.238	10.332		4.253.846	3.426.036
Acima de 365	14.811.667	45.732	21.453	9.473	4.074	2.516	3.074	76.808		14.974.797	14.160.618
Subtotal	27.956.551	137.683	79.057	33.321	16.080	9.458	8.016	103.185		28.343.351	24.335.526
Provisão Requerida	139.782	1.377	2.371	3.332	4.824	4.729	5.611	103.185		265.211	318.586
Total (1)	29.830.876	1.134.001	1.015.907	625.338	439.261	328.091	256.107	1.266.040		34.895.621	28.907.432
Total Provisão	149.154	11.340	30.477	62.534	131.778	164.046	179.275	1.266.040		1.994.644	1.898.490

Consolidado	Níveis de risco									Total em 31/12/2021	Total em 31/12/2020
	Operações em curso anormal										
	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	1.694.335	751.643	704.865	363.856	226.797	157.464	111.314	397.916		4.408.190	3.279.579
01 a 30	74.258	37.030	36.027	19.136	12.105	8.206	5.767	19.559		212.088	146.467
31 a 60	72.023	37.379	36.030	18.820	12.069	8.185	5.696	19.184		209.386	145.486
61 a 90	69.898	32.832	32.565	17.243	10.524	7.149	5.022	16.748		191.981	135.759
91 a 180	192.779	94.669	90.496	46.948	29.314	20.009	13.906	50.391		538.512	381.042
181 a 365	330.072	157.965	149.510	76.059	46.812	32.411	22.757	78.035		893.621	653.159
Acima de 365	955.305	391.768	360.237	185.650	115.973	81.504	58.166	213.999		2.362.602	1.817.666
Parcelas Vencidas	179.990	244.675	231.985	228.161	196.384	161.169	136.777	764.939		2.144.080	1.292.327
01 a 14	167.055	14.564	35.160	53.431	36.054	29.071	23.589	39.268		398.192	168.023
15 a 30	12.935	217.656	23.701	13.086	8.740	6.047	4.622	14.451		301.238	231.517
31 a 60	-	12.455	157.208	29.941	17.070	11.134	8.291	26.194		262.293	123.587
61 a 90	-	-	11.419	116.148	20.443	11.785	8.322	27.559		195.676	87.559
91 a 180	-	-	4.497	15.555	107.823	92.668	83.847	112.519		416.909	205.664
181 a 365	-	-	-	-	6.254	10.464	8.106	496.810		521.634	319.589
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	48.138		48.138	156.388
Subtotal	1.874.325	996.318	936.850	592.017	423.181	318.633	248.091	1.162.855		6.552.270	4.571.906
Provisão Requerida	9.372	9.963	28.106	59.202	126.954	159.317	173.664	1.162.855		1.729.433	1.579.904

Consolidado	Níveis de risco									Total em 31/12/2021	Total em 31/12/2020
	Operações em curso normal										
	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	27.956.551	137.683	79.057	33.321	16.080	9.458	8.016	103.287		28.343.453	24.335.565
01 a 30	3.843.755	32.554	17.561	5.412	2.539	1.507	1.105	4.091		3.908.524	3.007.894
31 a 60	1.416.027	11.698	8.473	4.015	2.255	1.270	828	3.067		1.447.633	848.462
61 a 90	914.471	8.632	6.196	2.999	1.610	916	621	2.531		937.976	786.321
91 a 180	2.771.521	18.059	12.666	5.967	3.134	1.722	1.150	6.458		2.820.677	2.106.235
181 a 365	4.199.110	21.008	12.708	5.455	2.468	1.527	1.238	10.332		4.253.846	3.426.035
Acima de 365	14.811.667	45.732	21.453	9.473	4.074	2.516	3.074	76.808		14.974.797	14.160.618
Subtotal	27.956.551	137.683	79.057	33.321	16.080	9.458	8.016	103.287		28.343.453	24.335.565
Provisão Requerida	139.782	1.377	2.371	3.332	4.824	4.729	5.611	103.287		265.313	318.586
Total (1)	29.830.876	1.134.001	1.015.907	625.338	439.261	328.091	256.107	1.266.142		34.895.723	28.907.471
Total Provisão	149.154	11.340	30.477	62.534	131.778	164.046	179.275	1.266.142		1.994.746	1.898.490

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

Notas Explicativas

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1):

Banco	31/12/2021			31/12/2020		
	Operações de Crédito	Outros Créditos	Total	Operações de crédito	Outros (1)	Total
Saldo do início do período	1.898.490	54.856	1.953.346	1.828.735	67.984	1.896.719
Constituição/reversão de provisão	1.816.520	(27.857)	1.788.663	1.444.841	(13.128)	1.431.713
Baixas contra a provisão	(1.720.366)	-	(1.720.366)	(1.375.086)	-	(1.375.086)
Saldo do fim do período	1.994.644	26.999	2.021.643	1.898.490	54.856	1.953.346
Circulante	1.468.771	26.999	1.495.770	1.223.882	54.856	1.278.738
Não Circulante	525.873	-	525.873	674.608	-	674.608
Créditos Recuperados (2)	474.187	-	474.187	281.652	-	281.652
Efeito no Resultado (3)	(1.342.333)	27.857	(1.314.476)	(1.163.189)	13.128	(1.150.061)

Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
	Operações de Crédito	Outros Créditos	Total	Operações de crédito	Outros (1)	Total
Saldo do início do período	1.898.490	54.856	1.953.346	1.828.735	67.984	1.896.719
Constituição/reversão de provisão	1.816.622	(27.857)	1.788.765	1.444.841	(13.128)	1.431.713
Baixas contra a provisão	(1.720.366)	-	(1.720.366)	(1.375.086)	-	(1.375.086)
Saldo do fim do período	1.994.746	26.999	2.021.745	1.898.490	54.856	1.953.346
Circulante	1.468.873	26.999	1.495.872	1.223.882	54.856	1.278.738
Não Circulante	525.873	-	525.873	674.608	-	674.608
Créditos Recuperados (2)	484.450	-	484.450	286.536	-	286.536
Efeito no Resultado (3)	(1.332.172)	27.857	(1.304.315)	(1.158.305)	13.128	(1.145.177)

(1) Inclui outros créditos sem características de crédito (Notas 9 e 10);

(2) No exercício findo em 31/12/2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas no montante de R\$ 484.450 (sendo R\$ 474.187 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 65 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 10.198 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	33.203.979	95,15	27.112.094	93,79	33.203.979	95,15	27.112.094	93,79
Serviços	1.326.370	3,80	1.334.397	4,62	1.326.472	3,80	1.334.436	4,62
Financeiros	636.834	1,82	617.935	2,14	636.834	1,82	617.935	2,14
Utilitários	106.923	0,31	82.145	0,28	106.923	0,31	82.145	0,28
Construção e Incorporação	83.267	0,24	133.189	0,46	83.369	0,24	133.228	0,46
Mídia, TI e Telecom	10.013	0,03	10.025	0,03	10.013	0,03	10.025	0,03
Transporte e Logística	4.643	0,01	6.334	0,02	4.643	0,01	6.334	0,02
Locação de Veículos	470	-	759	-	470	-	759	-
Saúde, Segurança e Educação	134	-	167	-	134	-	167	-
Outros Serviços	484.086	1,39	483.843	1,67	484.086	1,39	483.843	1,67
Comércio	365.202	1,05	376.090	1,30	365.202	1,05	376.090	1,30
Atacado e Varejo	365.202	1,05	376.090	1,30	365.202	1,05	376.090	1,30
Indústrias de Base	70	-	65.033	0,22	70	-	65.033	0,22
Têxtil	1	-	15.258	0,05	1	-	15.258	0,05
Papel e Celulose	-	-	42.999	0,15	-	-	42.999	0,15
Indústria Química	-	-	6.669	0,02	-	-	6.669	0,02
Outras Indústrias	69	-	107	0,00	69	-	107	0,00
Agroindústria	-	-	19.818	0,07	-	-	19.818	0,07
Agronegócio e Proteína Animal	-	-	4.149	0,02	-	-	4.149	0,02
Açúcar e Etanol	-	-	15.669	0,05	-	-	15.669	0,05
Total (1)	34.895.621	100,00	28.907.432	100,00	34.895.723	100,00	28.907.471	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

Notas Explicativas

e) Concentração das operações de crédito:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	703.206	2,02	697.064	2,41	703.206	2,02	697.064	2,41
50 seguintes maiores devedores	580.574	1,66	682.777	2,36	580.574	1,66	682.777	2,36
100 seguintes maiores devedores	232.568	0,67	260.884	0,90	232.568	0,67	260.884	0,90
Demais devedores	33.379.273	95,65	27.266.707	94,32	33.379.375	95,65	27.266.746	94,32
Total	34.895.621	100,00	28.907.432	100,00	34.895.723	100,00	28.907.471	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, foram realizadas cessões de créditos para instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Banco e Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Consignado	11.070.749	9.060.789	2.009.960	10.287.866	7.484.456	2.803.410
Total (Nota 8.g)	11.070.749	9.060.789	2.009.960	10.287.866	7.484.456	2.803.410

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios totalizam R\$ 365.240, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 87.568 em 31/12/2020), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 483.373 (R\$ 103.655 em 31/12/2020) (Nota 18.a).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Veículos	2.992.460	2.099.760	2.992.460	2.099.760
Consignado	2.318.596	2.234.372	2.318.596	2.234.372
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8.f)	2.009.960	2.803.410	2.009.960	2.803.410
Cartão de crédito	1.329.598	935.493	1.329.598	935.493
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	474.187	281.652	484.450	286.536
Prêmio de performance das cessões	354.823	608.432	354.823	608.432
Empréstimo FGTS	189.432	-	189.432	-
Empréstimo pessoal	178.763	15.927	178.763	15.927
Conta Garantida/Capital de giro	153.363	140.713	153.363	140.713
Rendas imobiliária/habitacionais	59.096	82.858	59.096	82.858
Renegociações	27.684	28.373	27.684	28.373
Limite emergencial	6.600	726	6.600	726
Outras	40	5	40	5
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (I)	(766.866)	47.044	(766.866)	47.044
Total	9.327.736	9.278.765	9.337.999	9.283.649

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado, veículos e empréstimo FGTS (Nota 7.c.vi).

Notas Explicativas

9) Outros ativos financeiros

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber por cessão de créditos	1.205.548	2.134.439	1.205.548	2.134.439
Negociação e intermediação de valores	2.840	2.394	2.840	2.394
Confissão de dívida (1)	4.916	3.121	4.916	3.121
Recebíveis imobiliários (2)	-	-	1.768	4.114
Total	1.213.304	2.139.954	1.215.072	2.144.068
Circulante	739.004	1.183.861	738.553	1.185.176
Não circulante	474.300	956.093	476.519	958.892

(1) Inclui provisão sobre confissão de dívida, cujo saldo em 31/12/2021 é de R\$ 7.623 (R\$ 15.314 em 31/12/2020) (Nota 8.c); e

(2) Indexadores INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária, possui juros ao ano de 0 até 20,05% e vencimento em 15/11/2034.

10) Outros ativos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais e fiscais	188.465	174.082	208.999	194.926
Valores a receber de sociedades ligadas	71.628	18.798	61.081	13.411
Valores a receber de empréstimos consignados (1)	2.427	6.213	2.427	6.213
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	4.493	3.887
Outros (2)	183.193	119.805	188.805	134.776
Total	445.713	318.898	465.805	353.213
Circulante	356.582	276.836	365.713	292.177
Não circulante	89.131	42.062	100.092	61.036

(1) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por governos estaduais e prefeituras, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2021 é de R\$ 11.304 (R\$ 32.040 em 31/12/2020) (Nota 8.c); e

(2) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 8.072 em 31/12/2021 (R\$ 7.502 em 31/12/2020) (Nota 8.c).

11) Outros valores e bens

a) Bens não de uso próprio e outros:

Valor Residual	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2021	31/12/2020	Custo	Provisão para perdas	31/12/2021	31/12/2020
Bens não de uso próprio	207.024	(51.175)	155.849	258.009	213.951	(52.077)	161.874	264.683
Imóveis	184.237	(44.237)	140.000	244.273	190.898	(44.874)	146.024	250.929
Veículos	22.787	(6.938)	15.849	13.736	23.053	(7.203)	15.850	13.754
Outros	1.410	-	1.410	556	1.410	-	1.410	556
Total	208.434	(51.175)	157.259	258.565	215.361	(52.077)	163.284	265.239
Circulante			157.259	258.565			163.284	265.239

b) Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	124.330	89.076	124.456	89.249
Processamento de dados	3.890	5.040	3.890	5.040
Manutenção de softwares	6.774	4.059	6.774	4.059
Outras	24.005	9.113	25.357	11.071
Total	158.999	107.288	160.477	109.419
Circulante	25.552	70.416	26.467	71.386
Não circulante	133.447	36.872	134.010	38.033

Notas Explicativas**12) Investimentos****a) Participações em controladas:**

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN	Cotas			%	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	Exercício findo em	
												31/12/2021	31/12/2020
Controladas e coligadas diretas do PAN													
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.735	226.587	11	-	-	100,00	26.604	226.587	199.983	26.604	(5.549)		
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (2)	42.388	77.792	-	-	48.168	100,00	3.039	77.792	74.898	3.039	19.920		
Brazilian Securities Companhia de Securitização (2)(3)	174.201	216.972	77.865	-	-	100,00	3.663	217.176	214.894	3.662	1.042		
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (4)	107.662	192.448	0,2	0,5	-	100,00	12.248	192.448	183.070	12.248	8.019		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	219.648	-	-	179.864	100,00	(729)	220.015	218.530	(729)	(2.769)		
Bw Properties S.A. (5)	400.442	474.629	23	-	-	3,86	-	15.997	-	-	-		
Total								950.015	891.375	44.824	20.663		
Controlada direta da Brazilian Finance & Real Estate S.A.													
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (6)(7)	18.156	1.094	-	-	9.742	80,00	-	40.000	-	-	-		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 571, sendo R\$ 367 da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e R\$ 204 da Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Empresa que teve sua demonstração contábil do exercício findo em 31/12/2021 auditada por outro auditor independente;

(5) A partir de dez/21 o Banco PAN reclassificou o investimento detido na Bw Properties que anteriormente era classificado em Outros Investimentos para Participações em Controladas, uma vez que a entidade é parte do mesmo grupo econômico, do qual o grupo PAN faz parte (Banco BTG Pactual). Empresa não Consolidada pelo Banco PAN;

(6) Em 10/12/2021 foi aprovado pelo BACEN a aquisição por parte da empresa Brazilian Finance & Real Estate, a participação no capital social da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda; e

(7) Conforme mencionado na nota explicativa 1.a (Eventos Societários), há em 31/12/2021, ágio "preliminar" na aquisição de investimento da empresa Mobiauto, no montante de R\$ 39.125.

Notas Explicativas

b) Outros investimentos:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Bw Properties S.A. (1)	-	10.710
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	4.565	1.536
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	4.944	12.625

(1) A partir de dez/21 o Banco PAN reclassificou o investimento detido na Bw Properties que anteriormente era classificado em Outros Investimentos para Participações em Controladas e Coligadas, uma vez que a entidade é parte do mesmo grupo econômico, do qual o grupo PAN faz parte (Banco BTG Pactual).

13) Imobilizado

a) Os ativos imobilizados são compostos por:

Banco	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	24.050	(2.094)	21.956	9.646
Sistemas de segurança e comunicações	10%	5.729	(2.274)	3.455	1.208
Sistemas de processamento de dados	20%	54.590	(24.263)	30.327	12.506
Máquinas de adquirência	33%	48.822	(3.165)	45.657	-
Total em 31/12/2021		133.191	(31.796)	101.395	-
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	-	23.360

Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	24.434	(2.544)	21.890	9.646
Sistemas de segurança e comunicações	10%	5.729	(2.274)	3.455	1.208
Sistemas de processamento de dados	20%	55.484	(24.263)	31.221	12.506
Máquinas de adquirência	33%	48.822	(3.165)	45.657	-
Total em 31/12/2021		134.469	(32.246)	102.223	-
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	-	23.360

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360
Aquisições	21.837	3.619	25.231	48.822	99.509
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
Saldo em 31/12/2021	21.956	3.455	30.327	45.657	101.395

Consolidado	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360
Aquisições	21.771	3.619	26.125	48.822	100.337
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
Saldo em 31/12/2021	21.890	3.455	31.221	45.657	102.223

Notas Explicativas

14) Intangível

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	256.367	(193.739)	62.628	57.079
Ágio	10%	229.514	(216.125)	13.389	36.340
Total em 31/12/2021		485.881	(409.864)	76.017	-
Total em 31/12/2020		496.699	(403.280)	-	93.419

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	257.268	(194.501)	62.767	57.251
Ágio	10%	289.657	(235.917)	53.740	39.668
Total em 31/12/2021		546.925	(430.418)	116.507	-
Total em 31/12/2020		518.619	(421.700)	-	96.919

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2020	57.079	36.340	93.419
Adições	61.862	-	61.862
Baixas	(837)	-	(837)
Amortização	(55.476)	(22.951)	(78.427)
Saldo em 31/12/2021	62.628	13.389	76.017

Consolidado	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2020	57.251	39.668	96.919
Adições (1)	61.862	39.125	100.987
Baixas	(837)	-	(837)
Amortização	(55.509)	(25.053)	(80.562)
Saldo em 31/12/2021	62.767	53.740	116.507

(1) Há em 31/12/2021, ágio "preliminar" na aquisição de investimento da empresa Mobiauto (Nota 1.a).

Notas Explicativas

15) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Depósitos:

Banco	Circulante				Não Circulante		31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Depósitos à vista	328.188	-	-	-	-	328.188	76.092	
Depósitos interfinanceiros	858.514	422.928	210.878	62.869	2.121.500	3.676.689	9.011.115	
Depósitos a prazo (1)	875.514	2.297.751	1.917.168	5.191.087	10.394.343	20.675.863	13.094.138	
Total em 31/12/2021	2.062.216	2.720.679	2.128.046	5.253.956	12.515.843	24.680.740	-	
Total em 31/12/2020	3.615.576	6.233.016	1.009.768	2.294.827	9.028.158	-	22.181.345	

Consolidado	Circulante				Não Circulante		31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Depósitos à vista	328.165	-	-	-	-	328.165	76.056	
Depósitos interfinanceiros	858.514	422.928	3.331	62.747	2.099.000	3.446.520	8.747.715	
Depósitos a prazo (1)	873.721	2.292.856	1.909.247	5.136.288	10.047.994	20.260.106	12.742.632	
Total em 31/12/2021	2.060.400	2.715.784	1.912.578	5.199.035	12.146.994	24.034.791	-	
Total em 31/12/2020	3.607.960	6.218.217	955.563	2.019.878	8.764.785	-	21.566.403	

(1) Objeto de hedge contábil (Nota 7.c.vi).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Circulante				Não Circulante		31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Carteira Própria	1.182.001	-	-	157	4.404	1.186.562	1.314.155	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	157	4.404	4.561	158.110	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.182.001	-	-	-	-	1.182.001	1.156.045	
Total em 31/12/2021	1.182.001	-	-	157	4.404	1.186.562	-	
Total em 31/12/2020	1.307.042	-	-	5.004	2.109	-	1.314.155	

Consolidado	Circulante				Não Circulante		31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Carteira Própria	1.182.001	-	-	157	4.404	1.186.562	1.307.042	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	157	4.404	4.561	150.997	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.182.001	-	-	-	-	1.182.001	1.156.045	
Total em 31/12/2021	1.182.001	-	-	157	4.404	1.186.562	-	
Total em 31/12/2020	1.307.042	-	-	-	-	-	1.307.042	

Notas Explicativas

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco e Consolidado	Circulante				Não Circulante	31/12/2021	31/12/2020
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letras Financeiras – LF	32.674	49.998	52.169	1.864.174	7.163.511	9.162.526	5.018.678
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	4.883	17.062	83.137	57.605	55.195	217.882	327.371
Total em 31/12/2021	37.557	67.060	135.306	1.921.779	7.218.706	9.380.408	-
Total em 31/12/2020	41.372	92.007	974.917	3.577.688	660.065	-	5.346.049

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo	1.341.791	1.183.112	1.325.204	1.173.665
Depósitos interfinanceiros	243.664	269.918	232.659	262.730
Letras financeiras	487.270	97.809	487.270	97.809
Operações compromissadas	32.583	5.895	32.455	5.692
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	22.496	15.919	22.496	15.919
Créditos cedidos com retenção de risco	29.822	14.647	29.822	14.647
Letras de crédito imobiliário	13.336	9.470	13.336	9.470
Captações no exterior	(15.278)	(6.547)	(15.278)	(6.547)
Variação cambial	(20.978)	572.223	(20.978)	572.223
Títulos e valores mobiliários no exterior e dívidas subordinadas	-	83.935	-	83.935
Total	2.134.706	2.246.381	2.106.986	2.229.543

16) Relações interfinanceiras

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos e pagamentos a liquidar (1)	2.383.754	1.380.060
Relações com Correspondentes (2)	78.791	111.761
Total	2.462.545	1.491.821
Circulante	2.462.545	1.491.821

(1) Referem-se basicamente a valores a pagar, relativos a transações com cartão; e

(2) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: financiamento de veículos, crédito consignado e crédito imobiliário.

17) Obrigações por empréstimos

a) Saldos patrimoniais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos				
No País	-	-	194	-
No Exterior (1)	822.344	-	822.344	-
Total	822.344	-	822.538	-
Circulante	547	-	741	-
Não circulante	821.797	-	821.797	-

(1) Empréstimo realizado em 22/12/2021 no montante de US\$ 150 milhões de dólares, com vencimento em 15/12/2025.

Notas Explicativas

18) Outros passivos financeiros

a) Composição:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (8.f ii)	483.373	103.655
Dívidas subordinadas (b)	9.329	8.784
Total	492.702	112.439
Circulante	226.054	58.386
Não circulante	266.648	54.053

b) Dívidas subordinadas:

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas base:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
No País:		
(1) R\$ 8.000	9.329	8.784
Total	9.329	8.784
Não Circulante	9.329	8.784

(1) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

19) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

Notas Explicativas

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	259.720	294.662	264.853	305.467
Processos trabalhistas	102.605	141.139	106.599	147.209
Processos tributários	4.516	2.543	47.911	60.946
Total	366.841	438.344	419.363	513.622

II. Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2020	294.662	141.139	2.543	438.344
Constituição líquida de reversão	133.289	46.466	1.442	181.197
Atualização monetária	-	-	683	683
Baixas por pagamento	(168.231)	(85.000)	(152)	(253.383)
Saldo em 31/12/2021	259.720	102.605	4.516	366.841

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622
Constituição líquida de reversão	132.218	44.728	4.225	181.171
Atualização monetária	-	-	2.591	2.591
Baixas por pagamento	(172.832)	(85.338)	(19.851)	(278.021)
Saldo em 31/12/2021	264.853	106.599	47.911	419.363

Notas Explicativas

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2021, os débitos relacionados a esse processo totalizam aproximadamente R\$ 738;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2016. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 869.565;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 22.928;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 22.774;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 4.758;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 217.972;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 124.424;

IRRF – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 79.751; e

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 235.849.

Notas Explicativas

20) Obrigações fiscais correntes

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	334.770	374.906	341.223	385.746
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	40.696	5.648	41.307	5.692
COFINS a recolher	33.744	33.298	34.238	33.493
Impostos e contribuições sobre salários	23.385	17.424	24.284	17.468
PIS a recolher	5.483	5.411	5.578	5.446
ISS a recolher	3.236	2.807	3.630	2.811
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.011	492	1.011	492
Total	442.325	439.986	451.271	451.148
Circulante	442.325	439.986	451.271	451.148

21) Outros passivos diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos a efetuar	1.297.328	963.945	1.299.683	964.196
Operações vinculadas a cessão	716.186	764.657	716.186	764.657
Arrecadação de cobrança	80.812	101.664	81.053	101.904
Operações com cartão de crédito	49.006	44.084	49.006	44.084
Negociação e intermediação de valores	25.584	13.713	26.698	15.213
Valores a pagar a sociedades ligadas	20.328	30.881	19.756	30.250
Valores específicos de consórcio	-	-	3.686	6.840
Outros	98.212	77.744	136.801	80.061
Total	2.287.456	1.996.688	2.332.869	2.007.205
Circulante	2.284.607	1.986.175	2.325.404	1.995.806
Não circulante	2.849	10.513	7.465	11.399

22) Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2021 e em 31/12/2020 é de R\$ 4.175.222.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2021	31/12/2020
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	547.495
Total	1.205.056	1.205.056

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2021, foi deliberado entre outros assuntos a aprovação da incorporação de ações e aprovação de aumento do Capital Social da Companhia a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Mosaico em benefício da totalidade dos acionistas da Mosaico, mediante a emissão, pela Companhia, de (a) 101.276.624 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal (BPAN4); e (b) como vantagem adicional, 126.595.780 bônus de subscrição, nominativos e escriturais, de emissão da Companhia, exercíveis em até 30 (trinta) meses a contar da data de Fechamento (conforme definida no Acordo de Associação), condicionado à verificação de meta de performance do preço de negociação das Ações BPAN4, sendo que cada bônus de subscrição conferirá aos acionistas da Mosaico o direito de subscrever 0,166667 Ações BPAN4 adicionais (Nota 1.a). O processo está em homologação pelo BACEN.

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio / dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio/dividendos.

	31/12/2021	% (1)	31/12/2020	% (1)
Lucro líquido	774.576		655.569	
(-) Reserva Legal	(38.729)		(32.778)	
Base de cálculo	735.847		622.791	
Juros sobre o capital próprio (bruto) deliberados provisionados/pagos	261.080		246.130	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(39.162)		(36.919)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados provisionados/pagos	221.918		209.211	
Dividendos propostos	35.628		8.766	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados e dividendos	257.546	35%	217.977	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo.

23) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	312.780	253.353	312.780	253.365
Rendas de cartão	231.113	130.520	231.113	130.520
Rendas de intermediação de negócios	195.819	80.207	195.819	80.207
Outras	1.970	7.847	3.697	18.164
Total	741.682	471.927	743.409	482.256

Notas Explicativas

24) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	508.775	367.125	509.796	368.047
Encargos sociais	136.008	98.596	136.349	98.899
Benefícios (Nota 32)	103.619	81.895	103.810	82.155
Honorários (Nota 30.b)	24.875	16.900	24.875	16.900
Outros	10.536	8.151	10.537	8.151
Total	783.813	572.667	785.367	574.152

25) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.815.158	1.520.912	1.815.158	1.523.322
Serviços de terceiros	571.064	424.459	591.897	437.057
Processamentos de dados	353.468	273.701	353.639	273.917
Serviços do sistema financeiro	307.817	214.559	308.645	215.442
Propaganda, promoções e publicidade	283.574	118.799	283.940	118.872
Comunicações	110.152	68.242	110.225	68.374
Aluguéis	128.914	81.020	129.379	81.411
Depreciação e amortização	77.615	106.431	77.648	106.472
Manutenção e conservação de bens	13.791	6.047	13.793	6.050
Despesas com busca e apreensão de bens	12.320	20.318	12.333	20.345
Taxas e emolumentos	3.094	2.325	3.866	2.889
Água, energia e gás	1.739	2.267	1.741	2.269
Transporte	5.487	3.582	5.487	3.587
Materiais de consumo	2.429	1.506	2.429	1.506
Viagens	1.618	1.725	1.618	1.726
Outras	107.965	44.395	114.084	45.400
Total	3.796.205	2.890.288	3.825.882	2.908.639

26) Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à COFINS	295.702	231.896	298.353	234.358
Contribuição ao PIS	48.052	37.683	48.531	38.144
Imposto sobre serviços	30.391	20.914	30.433	21.129
Impostos e taxas	6.628	3.127	7.448	3.914
Total	380.773	293.620	384.765	297.545

27) Despesas de provisões

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão/reversão de processos cíveis	(133.289)	(136.584)	(132.218)	(139.099)
Provisão/reversão de processos trabalhistas	(46.466)	(53.827)	(44.728)	(50.408)
Provisão/reversão de processos tributários	(1.442)	(478)	(4.225)	(7.057)
Total	(181.197)	(190.889)	(181.171)	(196.564)

Notas Explicativas

28) Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	200.759	124.081	202.193	129.325
Variação monetária / cambial	27.459	24.945	29.262	24.207
Despesas com operações de crédito cedidas	(1.030.086)	(1.468.851)	(1.030.086)	(1.468.851)
Descontos concedidos	(116.143)	(113.136)	(116.143)	(113.136)
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	(74.753)	(50.303)	(74.753)	(50.303)
Gravames	(35.820)	(33.197)	(35.838)	(33.224)
Amortização de ágio (Nota 14.b)	(23.930)	(23.930)	(25.053)	(25.053)
Outras	(29.918)	(21.145)	(27.395)	(16.580)
Total	(1.082.432)	(1.561.536)	(1.077.813)	(1.553.615)

29) Resultado não operacional

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	(322)	20.782	(544)	20.974
Resultado na alienação de outros valores e bens	29.190	8.003	29.167	9.851
Cessão de direitos (1)	-	-	-	18.912
Outras	-	-	54	-
Total	28.868	28.785	28.677	49.737

(1) Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de Consórcio.

30) Saldos e Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

Banco	Prazo Máximo	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(Passivo)	(Passivo)	(Despesas)	(Despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	5.974	1.251.889	15.694	35.502
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.899	59	1.096
Cessão de crédito					
Banco BTG Pactual S.A. (c)	Sem prazo	2.541	-	2.541	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.812.488	156.704	605.500
Outros ativos					
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	162	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	61.060	10.533	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	25	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (d) (e)	Sem prazo	1.988	1.036	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(d) (e)	Sem prazo	144	948	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (d) (e) (f)	Sem prazo	8.415	3.403	-	-
Depósitos à vista (g)					
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(4)	(4)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(8)	(17)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(3)	(1)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(7)	(10)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(1)	(4)	-	-

Notas Explicativas

Depósitos interfinanceiros (h)		(2.529.479)	(8.579.895)	(180.579)	(259.915)
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.299.309)	(502.285)	(114.759)	(17.810)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	(7.814.210)	(54.816)	(234.918)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	11/01/2023	(230.170)	(263.400)	(11.004)	(7.187)
Depósitos a prazo (i)		(465.595)	(394.523)	(19.496)	(10.505)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	17/11/2024	(48.294)	(41.873)	(2.783)	(995)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	13/12/2024	(71.820)	(60.562)	(2.980)	(1.538)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	16/12/2024	(183.567)	(153.432)	(7.145)	(4.271)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	13/12/2024	(115.907)	(102.642)	(4.749)	(2.795)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	12/12/2024	(44.463)	(34.870)	(1.714)	(844)
Pessoal chave da Administração	15/03/2027	(1.544)	(1.144)	(125)	(62)
Obrigações por operações compromissadas		(1.178.410)	(7.112)	(20.538)	(915)
Banco BTG Pactual S.A.	03/01/2022	(1.178.410)	-	(20.388)	(613)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	(23)	(99)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	31/08/2026	-	(7.112)	(127)	(203)
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (j)		-	-	-	(6)
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	(6)
Instrumentos financeiros derivativos (k)		(39.488)	-	(39.488)	392.285
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	(39.488)	-	(39.488)	392.285
Outros passivos		(208.318)	(30.881)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(187.990)	-	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(19.756)	(30.250)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(518)	(538)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(54)	(55)	-	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	-	(38)	-	-
Receita de prestação de serviços (l)		-	-	196.054	81.241
,Too Seguros S.A.	-	-	-	195.819	80.073
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	235	1.168
Despesas de Pessoal		-	-	(322)	(293)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(322)	(293)
Outras despesas administrativas		-	-	(53.105)	(56.927)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.146)	(5.075)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(13.029)	(10.591)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(114)
Tecban S.A.	-	-	-	(9.958)	(1.509)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(24.857)	(39.638)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	-	2.030.669
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	2.030.669

(a) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada partes relacionadas;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Saldo provisionado referente a dividendos que serão pagos até 31/12/2022, sendo: R\$ 3.072 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 921 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 144 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(e) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., conforme AGE de 18/09/2013; saldo provisionado de R\$ 432, substancialmente, relativo a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito adquiridas da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(f) Saldo de R\$ 4.000, refere-se ao pagamento inicial pela participação na Mobiauto;

(g) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(h) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(i) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;

(j) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuados pelo Banco PAN;

(k) Referem-se às operações de swap; e

Notas Explicativas

(l) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

Consolidado	Prazo Máximo	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		-	597	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	597	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (c)		5.710	1.251.938	15.694	35.502
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	5.710	1.249.990	15.635	34.406
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.948	59	1.096
Cessão de crédito (d)		2.541	1.812.488	159.245	605.500
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.541	-	2.541	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.812.488	156.704	605.500
Outros ativos		61.081	10.720	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	162	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	61.060	10.533	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	25	-	-
Depósitos à vista (e)		(337)	(337)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(2.299.309)	(8.316.495)	(169.575)	(252.728)
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.299.309)	(502.285)	(114.759)	(17.810)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	(7.814.210)	(54.816)	(234.918)
Depósitos a prazo (g)		(49.838)	(43.017)	(2.908)	(1.057)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	17/11/2024	(48.294)	(41.873)	(2.783)	(995)
Pessoal-chave da Administração	15/03/2027	(1.544)	(1.144)	(125)	(62)
Obrigações por operações compromissadas		(1.178.410)	-	(20.411)	(712)
Banco BTG Pactual S.A.	03/01/2022	(1.178.410)	-	(20.388)	(613)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	(23)	(99)
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (h)		-	-	-	(6)
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	(6)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		-	-	-	392.285
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	392.285
Outros passivos		(207.746)	(30.250)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(187.990)	-	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(19.756)	(30.250)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	196.054	81.241
,Too Seguros S.A.	-	-	-	195.819	80.073
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	235	1.168
Despesas de Pessoal		-	-	(322)	(293)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(322)	(293)
Outras despesas administrativas		-	-	(53.105)	(56.927)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.146)	(5.075)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(13.029)	(10.591)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(114)
Tecban S.A.	-	-	-	(9.958)	(1.509)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(24.857)	(39.638)

Notas Explicativas

Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	2.030.669
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	2.030.669

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada partes relacionadas;
- (c) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (d) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (f) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (g) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- (h) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuados pelo Banco PAN;
- (i) Referem-se às operações de *swap*; e
- (j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2021, foi aprovada a remuneração global anual dos Administradores do Banco PAN para o exercício de 2021.

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários (Nota 24)	24.875	16.900	24.875	16.900
Contribuição ao INSS	5.597	3.803	5.597	3.803
Total	30.472	20.703	30.472	20.703

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o Banco PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.

31) Instrumentos Financeiros

• Gestão de Riscos

O Banco PAN é uma subsidiária integral do Grupo BTG Pactual e possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Na gestão de riscos, há o comprometimento da Alta Administração do Banco PAN, cabendo ao Conselho de Administração aprovar o apetite a Riscos constante da RAS (Declaração de Apetite a Riscos) e as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos, entre outras diretrizes dessa gestão, nos termos do art. 48 da Resolução CMN nº 4.557/2017. A responsabilidade por identificar, avaliar, mensurar, monitorar e controlar os riscos e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relação de independência relativamente às áreas de negócios e de operações, sem prejuízo das atribuições da Diretoria (Colegiada) constantes da referida Resolução.

Notas Explicativas

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um dos pilares estratégicos, que é executada de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos e das estratégias da Instituição e sempre observando os limites de capital estabelecidos na regulamentação em vigor.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia consolidadas na regulamentação baixada pelo CMN e pelo Bacen, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Nessa gestão é contemplada a alocação de recursos de capital para fazer face à expansão dos negócios do Bancos, inclusive para os investimentos necessários, de acordo com as estratégias em implementação.

Importante notar que, nessa gestão, há também o comprometimento da Alta Administração, cabendo ao Conselho de Administração aprovar as políticas e as estratégias de gerenciamento de capital, nos termos do art. 48 da Resolução CMN nº 4.557/2017.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao Bacen, os indicadores de Capital.

A partir de então, o PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma “gerencial” (Pró Forma) a partir da data base de 30/06/21, ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2021*	31/12/2020
Patrimônio de referência nível I	4.514.796	3.639.036
Capital Principal	4.514.796	3.639.036
Patrimônio de referência nível II	9.329	8.784
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	4.524.125	3.647.820
Patrimônio de referência	4.524.125	3.647.820
- Risco de crédito	26.364.443	20.811.865
- Risco de mercado	1.527	238
- Risco operacional	2.973.556	2.113.560
Ativo ponderado pelo risco – RWA	29.339.526	22.925.663
Índice de Basileia	15,42%	15,91%
Nível I	15,39%	15,87%
Nível II	0,03%	0,04%

*Pró-forma

Notas Explicativas

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é realizada com base em políticas e em estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação desse risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado Banco PAN. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Instituição e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade:

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(71)	(21.864)	(44.145)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(21)	(3.980)	(7.235)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(54)	(5.813)	(10.746)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(5)	(10)
Total em 31/12/2021		(146)	(31.662)	(62.136)
Total em 31/12/2020		(167)	(14.587)	(28.363)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2021, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Notas Explicativas

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Exposição Cambial

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Notional		Valor de Mercado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Posição Comprada - Dólar				
Swap	(858.015)	-	(864.463)	-
Total	(858.015)	-	(864.463)	-
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.808)	(2.590)	(2.808)	(2.590)
Total	(2.808)	(2.590)	(2.808)	(2.590)

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida

Notas Explicativas

e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria ou sempre que for necessário.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional (e legal), com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração das empresas do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19 estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos>.

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	6.306.937	6.101.259	(205.678)	2.945.552	2.997.409	51.857
- Títulos para negociação	239.860	239.860	-	254.387	254.387	-
- Títulos disponíveis para venda	632.943	632.943	-	866.174	866.174	-
- Títulos mantidos até o vencimento	5.434.134	5.228.456	(205.678)	1.824.991	1.876.848	51.857
Operações de crédito	34.332.029	36.006.114	1.674.085	29.110.643	33.718.706	4.608.063
Depósitos interfinanceiros	3.446.520	3.591.842	(145.322)	8.747.715	8.776.018	(28.303)
Depósitos a prazo	20.260.106	20.886.454	(626.348)	12.742.632	14.302.803	(1.560.171)
Recursos de emissão de títulos	9.380.408	9.788.404	(407.996)	5.346.049	5.381.192	(35.143)
Empréstimos no exterior	822.344	864.397	(42.053)	-	-	-
Dívidas subordinadas	9.329	11.541	(2.212)	8.784	10.285	(1.501)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			244.476			3.034.802

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data-base do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses têm seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

Notas Explicativas

32) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2021 totalizou R\$ 103.619 no Banco PAN e R\$ 103.810 no Consolidado (R\$ 81.895 no Banco PAN e R\$ 82.155 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2020).

33) Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.143.199	925.399	1.109.719	937.697
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(544.044)	(405.110)	(524.028)	(406.619)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	22.114	9.298	-	-
Juros sobre o capital próprio	130.540	110.758	130.540	110.758
Outros valores (2)	22.767	15.224	58.345	13.733
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(368.623)	(269.830)	(335.143)	(282.128)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20% (25% de 07/2021 até 12/2021), para a Pan Arrendamento Mercantil alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021) e para as demais empresas alíquota de 9%; e

(2) No Banco PAN, refere-se principalmente à diferença de alíquota de CSLL em função da majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (Nota 33d). No Consolidado, refere-se também à baixa de efeitos fiscais diferidos decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado à superveniência/insuficiência de depreciação na Pan Arrendamento Mercantil.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.376.171	837.763	(542.432)	1.671.502
Provisão para contingências cíveis	132.598	74.536	(90.260)	116.874
Provisão para contingências trabalhistas	63.512	22.678	(40.018)	46.172
Provisão para contingências tributárias	1.145	2.172	(1.285)	2.032
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	28.860	7.815	(13.646)	23.029
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	33.447	423.837	(457.284)	-
Outras provisões	634.763	635.625	(635.368)	635.020
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.270.496	2.004.426	(1.780.293)	2.494.629
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.120.237	321	(148.609)	971.949
Total dos créditos tributários	3.390.733	2.004.747	(1.928.902)	3.466.578
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33.e)	-	(476.913)	375.089	(101.824)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.390.733	1.527.834	(1.553.813)	3.364.754

Notas Explicativas

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.389.209	838.114	(543.597)	1.683.726
Provisão para contingências cíveis	136.417	75.626	(93.416)	118.627
Provisão para contingências trabalhistas	65.644	23.076	(41.158)	47.562
Provisão para contingências tributárias	22.789	5.805	(10.921)	17.673
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	29.028	8.501	(14.169)	23.360
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	48.294	424.425	(460.494)	12.225
Outras provisões	635.416	637.157	(635.434)	637.139
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.326.797	2.012.704	(1.799.189)	2.540.312
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.171.847	14.789	(190.784)	995.852
Total dos créditos tributários	3.498.644	2.027.493	(1.989.973)	3.536.164
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33.e)	(85.620)	(477.295)	452.425	(110.490)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.413.024	1.550.198	(1.537.548)	3.425.674

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2021, cujas principais premissas utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados na medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	1.044.953	-	196.810	-	1.241.763
2022	1.478.874	957.838	234.529	130.395	1.713.403	1.088.233
2023	640.335	142.447	375.319	329.520	1.015.654	471.967
2024	287.287	26.822	362.101	412.482	649.388	439.304
2025	66.514	25.762	-	51.030	66.514	76.792
De 2026 a 2029	21.619	72.674	-	-	21.619	72.674
Total	2.494.629	2.270.496	971.949	1.120.237	3.466.578	3.390.733

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	1.048.508	-	197.642	-	1.246.150
2022	1.481.595	961.670	238.493	131.873	1.720.088	1.093.543
2023	643.923	146.921	379.251	331.223	1.023.174	478.144
2024	294.655	32.231	364.613	415.021	659.268	447.252
2025	72.385	37.443	2.579	53.538	74.964	90.981
De 2026 a 2029	47.754	100.024	10.916	3.600	58.670	103.624
Total	2.540.312	2.326.797	995.852	1.132.897	3.536.164	3.459.694

Em 31/12/2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 2.795.789 e R\$ 2.835.491 no Consolidado (R\$ 3.012.595 no Banco PAN e R\$ 3.058.602 no Consolidado em 31/12/2020).

Notas Explicativas

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2021, o Banco PAN possuía prejuízos fiscais de R\$ 230.396, e R\$ 582.869 no Consolidado (31/12/2020 - R\$ 230.396 no Banco PAN e R\$ 582.869 no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 103.678 no Banco PAN e R\$ 244.667 no Consolidado (31/12/2020 - R\$ 103.678 no Banco PAN e R\$ 244.667 no Consolidado).

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	-	(476.913)	375.089	(101.824)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	-	(476.913)	375.089	(101.824)

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(7.418)	(477.295)	375.089	(109.624)
Superveniência de depreciação	(78.202)	-	77.336	(866)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(85.620)	(477.295)	452.425	(110.490)

Notas Explicativas

34) Outras Informações

- a) Em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- b) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- c) O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus (**COVID-19**), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e a sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.; e
- d) Em 01/03/2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, que estabeleceu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos de 20% para 25% entre 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de jan/22. Para as demais instituições financeiras, que antes estavam sujeitas à alíquota de 15%, a CSLL foi majorada para 20% no mesmo período, e a partir de jan/22 voltam para 15%. Referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2021.

Notas Explicativas

São Paulo, 1 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

Alexandre Camara e Silva

Amos Genish

André Esteves ⁽¹⁾

André Fernandes Lopes Dias ⁽¹⁾

Fábio de Barros Pinheiro

Fábio Soares de Miranda Carvalho

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Roberto Balls Sallouti

Sérgio Cutolo dos Santos

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Camila Corá Reis Pinto Piccini

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Leandro Marçal Araujo

Mauro Dutra Mediano Dias

Roberta Cardim Geyer

CONSELHO FISCAL

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Aníbal Cardoso Joaquim

Oswaldo de Assis Filho

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

Sidnei Corrêa Marques

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN", "Instituição" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso passou a oferecer uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), com 71,69% do capital total*.

Em 31/12/2021 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	657.561	100,00%	206.354	37,69%	863.915	71,69
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	341.141	62,31%	341.141	28,31
Total	657.561	100,00%	547.495	100,00%	1.205.056	100,00

* Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.

a) Eventos societários

Em 05/04/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), e o Banco Sistema S.A. ("Banco Sistema"), subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da CaixaPar ("Contrato"), representativas de 49,2% do capital social votante e de 26,8% do capital social total da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor de R\$ 11,42 por cada uma das ações objeto ("Operação").

Em 19/05/2021 foi concluída a aquisição do Banco PAN pelo Banco Sistema, após verificado o cumprimento de todas as condições precedentes da operação, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB" ou "BACEN") e da autoridade concorrencial competente, encerrando-se nesta data o acordo de acionistas do Banco PAN, celebrado entre BTG Pactual e a CaixaPar em 31/01/2011.

Notas Explicativas

- **Aquisição Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda**

Em 13/09/2021, o Banco PAN comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021.

- **Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.**

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4 – “PAN”) assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças (“Acordo de Associação”) para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”) (B3: MOSI3), empresa nativa digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondfaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o e-commerce do Brasil (“Operação”).

Uma vez aprovada pelas assembleias gerais do PAN e da Mosaico, a Operação será efetivada mediante a incorporação das ações de emissão da Mosaico pelo PAN, com emissão de 101.276.624 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal do PAN (“Ações BPAN4”) a serem entregues aos acionistas da Mosaico, em uma relação de troca de 0,8x (MOSI3/BPAN4). Desta forma, o capital social da Mosaico passará a ser integralmente detido pelo PAN e os atuais acionistas da Mosaico passarão a deter 7,8% do capital social do PAN.

Também no âmbito da Operação, os acionistas da Mosaico receberão 21.099.296 bônus de subscrição de emissão do PAN (“Bônus de Subscrição”), sendo que cada bônus dará direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que, a partir de 6/10/2021 e em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de condições suspensivas usuais de mercado, incluindo a obtenção, pela Mosaico e pelo PAN, das aprovações das respectivas Assembleias Gerais e do BACEN, tendo em vista a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ocorrida em 25/11/2021.

Em 11/03/2022, o Conselho de Administração do Banco PAN confirmou o cumprimento das condições suspensivas que condicionavam a eficácia da operação de incorporação da totalidade de ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (“Mosaico”), conforme Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações celebrado entre o Banco PAN e Mosaico no dia 26/10/2021 e, portanto, consignou que as deliberações constantes da Assembleia Geral Extraordinária do Banco PAN realizada em 01/12/2021, inclusive a incorporação de ações, passaram a ser válidas e eficazes, para todos os fins e efeitos de direito.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas internacionais (IFRS), conforme os

Notas Explicativas

pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *IFRS Foundation*.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 10/03/2022.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis em 31/12/2021

Alterações na IFRS 4 – Contratos de Seguros, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 16 - Arrendamentos e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*). As alterações normativas resumem-se em:

- Ativos e Passivos Financeiros – Admite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- *Hedge accounting* – Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualização das documentações de *hedge*; e
- Divulgação – Requerimentos sobre a divulgação e gerenciamento dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma e da evolução da transição das IBORs. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2021 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alteração IFRS 16 Arrendamentos – Admite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Efetiva para os exercícios iniciados em 01/06/2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Banco PAN optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alteração IAS 37 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2022 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alteração IFRS 3 – Combinação de Negócios: Substitui as referências das versões antigas da estrutura conceitual para mais recente. As substituições são aplicáveis a partir de 01/01/2022 e não trouxeram impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

IFRS 17 – Contratos de Seguro – substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro: A referida norma apresenta três abordagens para avaliação do contrato de seguro:

- I. Modelo Padrão – Aplicável a todos os contratos de seguros sem participação direta;
- II. *Premium Allocation Approach (PAA)* – Aplicável aos contratos de seguro com duração de até 12 meses ou quando produzam resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão; e

Notas Explicativas

- III. *Variable Fee Approach* – Aplicável a todos contratos de seguros sem participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno do investimento com base nos itens subjacentes.

O reconhecimento dos contratos de seguros será por meio da análise dos:

- I. Fluxos de Caixa Futuros Esperados – Estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
- II. Ajuste ao Risco – Estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- III. Margem Contratual – Diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato; e
- IV. Desconto – Fluxo de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e o Banco PAN não espera impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Estabelece que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações da IAS 12 – Tributos sobre o lucro – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes

Notas Explicativas

independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual,

Notas Explicativas

a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constitui provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas consideram a avaliação de advogados externos especializados e são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos estão apresentados na nota 25.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Acionistas	Participação total %	
	31/12/2021	31/12/2020
Controladas diretas:		
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Controlada indireta:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	-

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários).

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

Notas Explicativas

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Receitas com juros e similares” e “Despesas com juros e similares”.

3) Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2021.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for

Notas Explicativas

possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- 1) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 2) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 3) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
 - a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
 - b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

Notas Explicativas

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a Instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de “Outros resultados abrangentes”. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos financeiros:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no longo prazo junto a “Instituições Financeiras”.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; e

Notas Explicativas

- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

i. Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Existem também os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado que se refere a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

Notas Explicativas

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2021 e 31/12/2020, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	657.068	223.177	5.479.637	6.359.882
Ao valor justo no resultado	242.358	-	5.479.637	5.721.995
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	414.710	223.177	-	637.887
Passivos financeiros	54.669	-	-	54.669
Ao valor justo no resultado	54.669	-	-	54.669

	31/12/2020			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros	899.599	235.980	1.377.099	2.512.678
Ao valor justo no resultado	256.781	-	1.377.099	1.633.880
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	642.818	235.980	-	878.798
Passivos financeiros	9.261	-	-	9.261
Ao valor justo no resultado	9.261	-	-	9.261

Notas Explicativas

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	31/12/2021			
	31/12/2021	31/12/2020	Técnicas de avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	5.702.814	1.613.079		
Ao valor justo no resultado	5.479.637	1.377.099		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.479.637	1.377.099	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A. aplicados a modelo interno de marcação a mercado.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	223.177	235.980		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	218.233	223.355	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	4.944	12.625	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	39.488	-		
Ao valor justo no resultado	39.488	-		
Contratos de <i>swap</i>	39.488	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) – B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

Notas Explicativas

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo, decorrentes de ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Notas Explicativas

31/12/2021					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	33.734.909	36.993.951	5.228.456	11.735	31.753.760
Títulos e valores mobiliários	5.434.134	5.228.456	5.228.456	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	11.735	-	11.735	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	27.061.757	30.526.477	-	-	30.526.477
Benefício residual em operações securitizadas	4.493	4.493	-	-	4.493
Recebíveis imobiliários	16.900	16.900	-	-	16.900
Outros ativos financeiros	1.205.890	1.205.890	-	-	1.205.890
Passivos financeiros ao custo amortizado	35.916.545	37.177.773	78.791	21.214.619	15.884.363
Depósitos de clientes	20.499.655	21.214.619	-	21.214.619	-
Depósitos de instituições financeiras	4.633.082	4.778.404	-	-	4.778.404
Recursos de emissão de títulos	9.380.408	9.788.404	-	-	9.788.404
Obrigações por empréstimos	812.045	864.397	-	-	864.397
Dívidas subordinadas	9.329	11.541	-	-	11.541
Outros passivos financeiros	582.026	520.408	78.791	-	441.617

31/12/2020					
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	31.313.432	37.627.509	1.876.849	1.251.938	34.498.722
Títulos e valores mobiliários	1.824.992	1.876.849	1.876.849	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.251.938	1.251.938	-	1.251.938	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	26.079.387	32.341.607	-	-	32.341.607
Benefício residual em operações securitizadas	3.887	3.887	-	-	3.887
Recebíveis imobiliários	18.789	18.789	-	-	18.789
Outros ativos financeiros	2.134.439	2.134.439	-	-	2.134.439
Passivos financeiros ao custo amortizado	28.413.265	30.101.761	111.761	14.378.859	15.611.141
Depósitos de clientes	12.761.681	14.378.859	-	14.378.859	-
Depósitos de instituições financeiras	10.054.757	10.083.060	-	-	10.083.060
Recursos de emissão de títulos	5.346.049	5.381.192	-	-	5.381.192
Dívidas subordinadas	8.784	10.285	-	-	10.285
Outros passivos financeiros	241.994	248.365	111.761	-	136.604

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como: CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

Notas Explicativas

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A Instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A Instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxo de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Instituição não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

A Instituição realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e contrapartida ao reconhecimento de um novo passivo, a respectiva diferença é reconhecida no resultado.

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando, e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos e objetos, quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens objetos de *hedge* durante o período para o qual está designado, e se os resultados atuais de cada operação estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Notas Explicativas

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado.

- **Estrutura de Hedge contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) da captação externa em aberto.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado da dívida subordinada emitida no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício. Em abril/2020 o objeto e o instrumento do *hedge* foram liquidados no vencimento.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício. No segundo semestre de 2019, foi realizado o aprimoramento do programa de *hedge* contábil de crédito de varejo de forma a considerar a opcionalidade comportamental do pré-pagamento para novas designações.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

- **Instrumentos de hedge**

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem o objeto indexado à taxa pré-fixada e o instrumento indexado à taxa de juros DI. Liquidado em abril/2020.

- **Objetos de hedge**

O item objeto de *hedge* de exposição cambial é o Empréstimo realizado no Exterior (passivo), sendo uma dívida em Dólar Americano (US\$), captado em dezembro/2021.

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Provisão para perda de crédito esperada

A provisão para perda de crédito esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de

Notas Explicativas

juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa, venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Instituição reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência esperada dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”. As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

Notas Explicativas

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam os critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

l) Operações de arrendamento (Arrendatário)

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira corresponde aos juros do passivo de arrendamento e é reconhecida na rubrica de despesa de juros na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os impactos das operações de arrendamento estão apresentados nas notas explicativas: 14 e 24.

m) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de "Outras despesas administrativas", quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações contábeis, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação

Notas Explicativas

futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos imobilizados.

n) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do software sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Notas Explicativas

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

o) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo.

Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por impairment de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações contábeis, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

q) Reconhecimeto de receitas e despesas

Os critérios utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

Notas Explicativas

i. **Receitas e despesas com juros e similares:**

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “Taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. **Receitas de tarifas e comissões:**

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. **Receitas e despesas operacionais**

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

r) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários. Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como: garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, e o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

s) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Notas Explicativas

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

t) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

u) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

v) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há investimentos potenciais diluíveis.

w) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

x) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

O Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; e (iv) Outros.

y) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei Federal nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

z) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

4) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

4.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

4.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Notas Explicativas

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

4.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

i. Empresas

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e

Notas Explicativas

pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas. Desde 2017, a carteira de empresas foi descontinuada (*run-off*)

ii. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

iii. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. Desde 2017, a carteira de crédito imobiliário foi descontinuada (*run-off*).

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2021 e 31/12/2020. A exposição máxima atingiu R\$ 50,7 bilhões, sendo R\$ 7,3 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 41,5 bilhões, sendo R\$ 4,5 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2020).

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2021		31/12/2020	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35.904.252	3.267.972	30.668.360	3.127.745
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	7.252.731	94.886	4.459.570	84.129
Títulos e valores mobiliários	6.306.937	-	2.945.552	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	-	1.251.938	-
Valores a receber por cessão de créditos	1.205.548	-	2.134.439	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.498	-	2.394	-
Benefício residual em operações securitizadas	4.493	-	3.887	-
Recebíveis imobiliários	16.900	-	18.789	-
Exposição máxima ao risco de crédito	50.705.094	3.362.858	41.484.929	3.211.874

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Títulos e valores mobiliários são representados, substancialmente, por 96,5% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Notas Explicativas

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/12/2021	31/12/2020
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	28.036.496	24.867.591
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	4.609.263	2.980.949
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	3.258.493	2.819.820
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	35.904.252	30.668.360
Provisão para perda de crédito esperada (2)	(3.362.858)	(3.211.874)
Valor líquido (Nota 10a)	32.541.394	27.456.486

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (94.886) em 31/12/2021 e R\$ (84.129) em 31/12/2020.

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	703.206	1,96	697.064	2,27
50 seguintes maiores devedores	580.574	1,62	682.777	2,23
100 seguintes maiores devedores	236.100	0,66	263.342	0,86
Demais devedores	34.384.372	95,77	29.025.177	94,54
Total	35.904.252	100,00	30.668.360	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 96.347 (R\$ 156.409 em 31/12/2020). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

ii. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	2.967.762	64,39	2.082.764	69,87
31 a 60	1.043.124	22,63	576.002	19,32
61 a 90	598.377	12,98	322.183	10,81
Total	4.609.263	100,00	2.980.949	100,00

iii. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	%	Valor	%
A vencer	852	0,03	32.434	1,15
Vencidos acima de 90 dias	3.257.641	99,97	2.787.386	98,85
Total	3.258.493	100,00	2.819.820	100,00

Notas Explicativas

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	34.212.508	95,29	28.872.983	94,15
Serviços	1.326.472	3,69	1.334.436	4,35
Construção e Incorporação	83.369	0,23	133.228	0,43
Financeiros	636.834	1,77	617.935	2,01
Utilitários	106.923	0,30	82.145	0,27
Transporte e Logística	4.643	0,01	6.334	0,02
Mídia, TI e Telecom	10.013	0,03	10.025	0,03
Locação de veículos	470	-	759	-
Saúde, Segurança e Educação	134	-	167	-
Outros Serviços	484.086	1,35	483.843	1,58
Comércio	365.202	1,02	376.090	1,23
Atacado e Varejo	365.202	1,02	376.090	1,23
Indústria de Base	70	-	65.033	0,21
Papel e Celulose	-	-	42.999	0,14
Têxtil	1	-	15.258	0,05
Indústria Química	-	-	6.669	0,02
Outras Indústrias	69	-	107	-
Agroindústria	-	-	19.818	0,06
Açúcar e Etanol	-	-	15.669	0,05
Agronegócio e Proteína animal	-	-	4.149	0,01
Total	35.904.252	100,00	30.668.360	100,00

e) Provisão para perda esperada

Regularmente a Instituição avalia e reclassifica as perdas esperadas das exposições sujeitas ao risco de crédito por meio de modelos estatísticos e processos internos dos quais considera a série histórica de perdas do que compreende cerca de 5 anos. O cálculo das perdas de crédito esperadas para ativos financeiros é realizado de acordo com as características de cada tipo de carteira, considera a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações, inclusive suas garantias. Nas avaliações da perda esperada também foram considerados fatores macroeconômicos e projeções de rolagens, que incorporam os efeitos correntes e prospectivos de variáveis econômicas nas estimativas de perdas.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas de acordo com as seguintes metodologias:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos próximos 12 meses; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um ativo financeiro.

A mudança de metodologia de perdas esperadas de 12 meses para a vida inteira do ativo financeiro é realizada quando ocorre um acréscimo significativo no risco de crédito na data do relatório em relação ao seu reconhecimento inicial. A Instituição pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando este permanecer classificado como baixo risco de crédito na data do relatório.

Notas Explicativas

Conforme o segmento da carteira de crédito e o perfil do cliente, a Instituição utiliza diferentes indicadores para classificação em estágios. Abaixo demonstramos os segmentos, conforme os estágios e indicadores.

Segmento Varejo:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias, *Default*.

Segmento Atacado:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias e / ou apresentarem indicativos que não serão honrados nas condições pactuadas sem a execução de garantias e seguindo as diretrizes do modelo, o cálculo da perda esperada é dado pela multiplicação dos parâmetros de risco de crédito:

$PE = PD \times EAD \times LGD$, onde:

PD: Probabilidade de *Default* - refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Instituição sobre o cliente, baseado nos modelos internos de avaliação para comparação do risco inicial.

EAD: *Exposure at Default* - Exposição Financeira no momento do default - refere-se ao valor contábil de exposição do cliente perante a Instituição no momento da estimativa da perda esperada. Em caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

LGD: *Loss Given Default* - refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação.

4.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e

Notas Explicativas

- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

Notas Explicativas

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/12/2021 – Valor Futuro							
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	- 1.056.219	1.174.826	1.155.484	2.017.703	4.377.909	14.186.451	23.968.592
Depósitos de instituições financeiras	- 862.045	134.509	296.594	3.473	1.604.057	10.677.575	13.578.253
Total de depósitos	- 1.918.264	1.309.335	1.452.078	2.021.176	5.981.966	24.864.026	37.546.845
Dívidas subordinadas	- -	-	-	-	-	19.647	19.647
Recursos de emissão de títulos	- 83.991	42.443	25.552	141.679	1.833.859	2.513.785	4.641.309
Cessão de crédito com coobrigações	- 2.934	2.885	2.844	8.326	12.450	4.258	33.697
Total	- 2.005.189	1.354.663	1.480.474	2.171.181	7.828.275	27.401.716	42.241.498

31/12/2020 – Valor Futuro							
Sem vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	- 469.456	292.428	172.127	1.054.879	2.120.302	10.832.793	14.941.985
Depósitos de instituições financeiras	- 8.335.042	66.262	202.122	215.843	3.355.055	511.216	12.685.540
Total de depósitos	- 8.804.498	358.690	374.249	1.270.722	5.475.357	11.344.009	27.627.525
Dívidas subordinadas	- -	-	-	-	-	15.263	15.263
Recursos de emissão de títulos	- 41.468	48.062	42.982	772.563	375.795	1.888.037	3.168.907
Cessão de crédito com coobrigações	- 9.441	4.707	4.697	18.646	27.526	48.850	113.867
Total	- 8.855.407	411.459	421.928	2.061.931	5.878.678	13.296.159	30.925.562

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

Notas Explicativas

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

4.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;

Notas Explicativas

- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de *gaps* é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentem os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

Notas Explicativas

• Gestão de risco – Informações regulatórias

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

iii. Exposição aos riscos de mercado – carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados.

O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Multiplicador	1	2,68	-

	31/12/2021			31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	-	-	-	-	-	-
Média 60 dias	-	-	-	-	-	-
Multiplicador	3,08	5	1	2,46	5	1
Prefixados	-	-	-	-	-	-
Cupom de índice de preços	-	-	-	-	-	-

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	-	-	-	-	-	-
VaR IPCA	-	-	-	-	-	-
VaR USD	-	-	-	-	-	-
VaR Cambial	-	-	-	-	-	-
VaR sem efeito diversificação	-	-	-	-	-	-
VaR com efeito diversificação	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração dos riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2021			31/12/2020		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	-	-	-	-	-	-
Teste de Estresse Histórico	-	-	-	-	-	-

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

Os valores de VaR e teste de *stress* do *trading book* estão zerados, pois o banco não mantém posição na carteira *trading* desde 2019.

Notas Explicativas

iv. Exposição aos riscos de taxa de juros – carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A partir de janeiro de 2020 a mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros do *Banking Book* é realizada pela metodologia de valor econômico Delta EVE conforme disposto na Circular 3.876/18.

Apresentamos a seguir a posição de IRRBB nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking* em milhares:

	31/12/2021
Prefixados	(383)
Cupom de Inflação	(4.864)
Cupom de TR	3.410
Cupom de Dólar	1
Rban Carteira	(1.836)

Rban	31/12/2021		
	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	4.510	13.854	(3.962)
Cupom de Inflação	(3.284)	(715)	(6.613)
Cupom de TR	4.404	5.556	3.257
Cupom de Dólar	2	4	1

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Notas Explicativas

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(71)	(21.864)	(44.145)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(21)	(3.980)	(7.235)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(54)	(5.813)	(10.746)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(5)	(10)
Total em 31/12/2021		(146)	(31.662)	(62.136)
Total em 31/12/2020		(167)	(14.587)	(28.363)

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

	Notional		Valor de Mercado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Posição Comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	(858.015)	-	(864.463)	-
Total	(858.015)	-	(864.463)	-
Posição Vendida - Dólar				
DOL	(2.808)	(2.590)	(2.808)	(2.590)
Total	(2.808)	(2.590)	(2.808)	(2.590)

4.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

Notas Explicativas

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Bacen divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BACEN) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, o Banco BTG Pactual passou a exercer, de forma individual, o controle do Banco PAN e, conseqüentemente, passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira consolidada, ao Bacen, os indicadores de Capital.

A partir de então, o PAN optou por realizar e divulgar os cálculos dos Limites Operacionais apenas de forma "gerencial" (Pró Forma) a partir da data base de 30/06/21, ficando demonstrado atendimento individual aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos indicadores de Capital:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência nível I	4.514.796	3.639.036
Capital Principal	4.514.796	3.639.036
Patrimônio de referência nível II	9.329	8.784
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	4.524.125	3.647.820
Patrimônio de referência	4.524.125	3.647.820
- Risco de crédito	26.364.443	20.811.865
- Risco de mercado	1.527	238
- Risco operacional	2.973.556	2.113.560
Ativo ponderado pelo risco – RWA	29.339.526	22.925.663
Índice de Basileia	15,42%	15,91%
Nível I	15,39%	15,87%
Nível II	0,03%	0,04%

Notas Explicativas

Dívidas subordinadas

O Banco utiliza um instrumento de dívida subordinada autorizado e elegível a compor seu PR Nível II (Nota 23.b).

Rban	Valor da operação	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras	R\$ 8.000	9.329	8.784
Total		9.329	8.784

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional	1.690	2.150
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.253	2.704
Subtotal (caixa)	3.943	4.854
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	5.761	1.251.938
Total	9.704	1.256.792

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como “ao valor justo no resultado” ou “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

Notas Explicativas

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Saldo Contábil	Circulante	Não Circulante	Total em	Total em
			Até 30 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Posição Passiva	(22.940)	(39.488)	-	(39.488)	(39.488)	-
<i>Swap</i>	(22.940)	(39.488)	-	(39.488)	(39.488)	-
Contratos Futuros (I)	(12.683)	(12.683)	(12.683)	-	(12.683)	(6.867)
Posição ativa	2.498	2.498	2.498	-	2.498	2.394
Posição passiva	(15.181)	(15.181)	(15.181)	-	(15.181)	(9.261)
Total	(35.623)	(52.171)	(12.683)	(39.488)	(52.171)	(6.867)

(1) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

b) Valor dos instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência
Contratos de Swap					
Posição passiva:	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	-
Mercado Interfinanceiro	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	-
Compromissos de Compra:	859.512	-	-	-	1.319.785
Mercado Interfinanceiro	803.746	-	-	-	1.216.512
Outros	55.766	-	-	-	103.273
Compromissos de Venda:	21.632.843	-	-	-	20.268.647
Mercado Interfinanceiro	21.574.269	-	-	-	20.162.784
Moeda Estrangeira	2.808	-	-	-	2.590
Outros	55.766	-	-	-	103.273
Total	23.350.370	(22.940)	(16.548)	(39.488)	21.588.432

Notas Explicativas

c) Abertura por Vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos swaps	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Libor x DI	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Contratos futuros	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.492.355	21.588.432
DDI	111.532	-	-	-	-	111.532	206.546
DI	2.627.174	-	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.378.015	21.379.296
Dólar	-	2.808	-	-	-	2.808	2.590
Total	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	12.795.903	23.350.370	21.588.432

d) Local de negociação e contrapartes:

Banco e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
B3 S.A. (balcão)	858.015	-
B3 S.A. (bolsa)	22.492.355	21.588.432
Total	23.350.370	21.588.432

e) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.244.383	1.933.206
Swap – Dólar (1)	864.397	-
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	1.379.986	1.933.206
Posição Passiva	(18.999.824)	(18.633.887)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(18.999.824)	(18.633.887)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	19.103.995	17.214.182
Operações de Crédito (3)	19.103.995	17.214.182
Posição Passiva	(2.241.046)	(1.904.951)
Empréstimo no Exterior (1)	(822.344)	-
Certificados de depósitos a prazo (2)	(1.418.702)	(1.904.951)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

f) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	-	(39.488)	(39.488)	172.915	(336.039)	(163.124)
Swap – ganhos/perdas realizadas	-	-	-	868.443	(103.196)	765.247
Futuros - ganhos/perdas realizadas	3.726.959	(3.022.349)	704.610	2.635.730	(3.087.414)	(451.684)
Total	3.726.959	(3.061.837)	665.122	3.677.088	(3.526.649)	150.439

Notas Explicativas

7) Títulos e valores mobiliários

a) Composição:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2021 e em 31/12/2020, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	239.860	254.387
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	239.860	254.387
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	632.943	866.173
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	411.183	642.134
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	218.233	223.355
Certificado de Depósito Bancário – CDB	3.527	684
Ativos financeiros ao custo amortizado	5.434.134	1.824.992
Notas do Tesouro Nacional – NTN	5.434.134	1.824.658
Fundos do Desenvolvimento Social - FDS	-	334
Total	6.306.937	2.945.552

b) Variações:

“Ativos financeiros ao valor justo no resultado”:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	254.387	359.782
Adições (alienações) líquidas	(25.109)	(112.716)
Ajuste a valor de mercado	397	(529)
Juros	10.185	7.850
Saldo do fim do exercício	239.860	254.387

“Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	866.173	986.659
Adições (alienações) líquidas	(263.184)	(127.352)
Ajuste a valor de mercado	5.087	(14.717)
Juros	29.136	25.556
Ágio / Deságio	(4.269)	(3.973)
Saldo do fim do exercício	632.943	866.173

“Ativos financeiros ao custo amortizado”:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	1.824.992	741.211
Adições (alienações) líquidas	3.244.533	985.925
Juros	364.609	97.856
Saldo do fim do exercício	5.434.134	1.824.992

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Sem vencimento	-	334
Até 360 dias	1.499.619	790.667
Acima de 360 dias	4.807.318	2.154.551
Saldo do fim do exercício	6.306.937	2.945.552

Notas Explicativas

8) Instrumentos de patrimônio

	31/12/2021	31/12/2020
Bw Properties S.A.	-	10.710
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	4.565	1.536
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	4.944	12.625

9) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	11.735	1.251.938
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11.735	1.251.938
Tipo:		
Compra com compromissos de revenda	5.710	1.251.889
Depósitos interfinanceiros	5.974	-
Depósitos de poupança	51	49
Total	11.735	1.251.938

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	1.253	1.251.938
De 181 a 360 dias	156	-
Acima de 360 dias	10.326	-
Total	11.735	1.251.938

10) Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	5.479.637	1.377.099
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	30.424.615	29.291.261
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 11)	(3.362.858)	(3.211.874)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	32.541.394	27.456.486

b) Abertura:

	31/12/2021	31/12/2020
Veículos (1)	15.145.220	11.499.637
Empréstimos em consignação (1)	9.248.165	12.490.929
Empréstimos FGTS (1)	3.538.492	-
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	3.626.377	2.621.632
Títulos e créditos a receber (3)	2.520.956	1.644.175
Conta garantida	1.532.242	1.475.084
Empréstimos imobiliários/habitacionais	270.432	411.631
Capital de giro	19.533	86.759
Financiamento à exportação	-	5.316
Outros	2.835	433.197
Total	35.904.252	30.668.360

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 6e);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

Notas Explicativas

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	2.239.345	6,24	1.304.466	4,25
A vencer				
A vencer até 3 meses	7.213.794	20,09	5.370.202	17,51
A vencer de 3 a 12 meses	8.884.621	24,75	6.966.005	22,71
A vencer acima de um ano (1)	17.566.492	48,93	17.027.687	55,52
Total	35.904.252	100,00	30.668.360	100,00

(1) Em 31/12/2021 o PAN possuía aproximadamente R\$ 1,2 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2019	20.811.488	1.586.605	2.408.559	24.806.652
Transferidos para o Estágio 1	-	(289.244)	(25.194)	(314.438)
Transferidos para o Estágio 2	(882.520)	-	(13.400)	(895.920)
Transferidos para o Estágio 3	(1.052.109)	(415.418)	-	(1.467.527)
Oriundos do Estágio 1	-	882.520	1.052.109	1.934.629
Oriundos do Estágio 2	289.244	-	415.418	704.662
Oriundos do Estágio 3	25.194	13.400	-	38.594
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	6.870.192	(49.379)	(298.245)	6.522.568
Writte-off	(1.543)	(87)	(659.230)	(660.860)
Saldo em 31/12/2020	26.059.946	1.728.397	2.880.017	30.668.360

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2020	26.059.946	1.728.397	2.880.017	30.668.360
Transferidos para o Estágio 1	-	(323.287)	(72.002)	(395.289)
Transferidos para o Estágio 2	(641.235)	-	(19.728)	(660.963)
Transferidos para o Estágio 3	(1.284.934)	(435.042)	-	(1.719.976)
Oriundos do Estágio 1	-	641.235	1.284.934	1.926.169
Oriundos do Estágio 2	323.287	-	435.042	758.329
Oriundos do Estágio 3	72.002	19.728	-	91.730
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	6.033.496	210.336	(414.168)	5.829.664
Writte-off	(2.465)	(59)	(591.248)	(593.772)
Saldo em 31/12/2021	30.560.097	1.841.308	3.502.847	35.904.252

e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos anos de 2021 e 2020, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras, o lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

Cessão de Consignado	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Consignado	11.070.749	9.060.789	2.009.960	10.287.866	7.484.456	2.803.410
Total	11.070.749	9.060.789	2.009.960	10.287.866	7.484.456	2.803.410

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (Nota 27).

Notas Explicativas

11) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	3.211.874	2.677.505
Complemento de provisão	613.464	1.049.962
Writte-off	(462.480)	(515.593)
Saldo do fim do exercício	3.362.858	3.211.874

No exercício findo em 31/12/2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 168.323 (R\$ 125.651 em 31/12/2020).

b) Reconciliação da provisão para perda de crédito esperada:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2019	659.772	420.669	1.597.064	2.677.505
Transferidos para o Estágio 1	-	(20.747)	(2.827)	(23.574)
Transferidos para o Estágio 2	(167.380)	-	(2.386)	(169.766)
Transferidos para o Estágio 3	(680.341)	(260.286)	-	(940.627)
Oriundos do Estágio 1	-	167.380	680.341	847.721
Oriundos do Estágio 2	20.747	-	260.286	281.033
Oriundos do Estágio 3	2.827	2.386	-	5.213
Constituição/(Reversão)	1.033.641	71.320	(54.999)	1.049.962
Writte-off	(238)	(55)	(515.300)	(515.593)
Saldo em 31/12/2020	869.028	380.667	1.962.179	3.211.874

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2020	869.028	380.667	1.962.179	3.211.874
Transferidos para o Estágio 1	-	14.767	5.685	20.452
Transferidos para o Estágio 2	112.712	-	4.056	116.768
Transferidos para o Estágio 3	844.282	259.257	-	1.103.539
Oriundos do Estágio 1	-	(112.712)	(844.282)	(956.994)
Oriundos do Estágio 2	(14.767)	-	(259.257)	(274.024)
Oriundos do Estágio 3	(5.685)	(4.056)	-	(9.741)
Constituição/(Reversão)	966.724	79.950	(433.210)	613.464
Writte-off	(691)	(38)	(461.751)	(462.480)
Saldo em 31/12/2021	2.771.603	617.835	(26.580)	3.362.858

12) Recebíveis imobiliários

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2021	31/12/2020
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção Monetária	0 até 20,05	16.900	18.789
Total				16.900	18.789

13) Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros são compostos basicamente por valores a receber de instituições financeiras, devido a operações por cessões de créditos.

Notas Explicativas

14) Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais e fiscais	208.999	194.926
Despesas antecipadas	163.454	52.412
Devedores diversos País	131.076	111.400
Direito de uso de arrendamento	18.120	25.602
Valores a receber de sociedade ligadas	61.081	13.411
Valores a receber de empréstimos consignados	2.427	6.213
Relações interfinanceiras	2.852	3.540
Outros	57.250	22.898
Total	645.259	430.402

15) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis	190.898	299.988
Veículos terrestres	23.053	22.356
Material em estoque	1.410	556
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(52.077)	(57.661)
Total	163.284	265.239

16) Crédito tributário e passivos fiscais

a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(178.329)	(216.092)
Sobre prejuízos fiscais	995.852	1.171.847
Sobre diferenças temporárias	2.719.855	2.454.725
Provisão para perda esperada	1.863.269	1.517.137
Provisão de ações cíveis	118.627	136.417
Provisão de ações trabalhistas	47.562	65.644
Provisão de ações tributárias	17.673	22.789
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	23.360	29.028
Ajuste ao valor de mercado	12.225	48.294
Outras	637.139	635.416
Total do Ativo	3.537.378	3.410.480
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	866	78.202
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	250.033	97.472
Provisão para impostos e contribuições	451.271	451.148
Total do Passivo	702.170	626.822

Notas Explicativas

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Ativo diferido

	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.931.429	1.479.051	3.410.480	1.875.076	1.434.563	3.309.639
(+) Constituição de créditos	1.128.496	898.997	2.027.493	1.079.528	858.133	1.937.661
(-) Realização de créditos	(1.061.205)	(839.390)	(1.900.595)	(1.023.175)	(813.645)	(1.836.820)
Saldo do fim do exercício	1.998.720	1.538.658	3.537.378	1.931.429	1.479.051	3.410.480

Passivo diferido

	31/12/2021			31/12/2020		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	133.684	41.990	175.674	144.055	50.410	194.465
(+) Constituição de Passivos	265.233	212.062	477.295	281	101	382
(-) Realização de Passivos	(228.743)	(173.327)	(402.070)	(10.652)	(8.521)	(19.173)
Saldo do fim do exercício	170.174	80.725	250.899	133.684	41.990	175.674

c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2021, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados na medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	1.048.508	-	197.642	-	(33.585)	-	1.212.565
2022	1.481.595	961.670	238.493	131.873	708	(38.756)	1.720.796	1.054.787
2023	643.923	146.921	379.251	331.223	308	(8.162)	1.023.482	469.982
2024	294.655	32.231	364.613	415.021	141	(2.613)	659.409	444.639
2025	72.385	37.443	2.579	53.538	35	(1.587)	74.999	89.394
2026	15.922	23.992	4.337	1.458	8	(853)	20.267	24.597
2027	10.115	50.629	3.108	1.730	5	(1.676)	13.228	50.683
2028	11.224	2.221	2.978	412	5	(131)	14.207	2.502
2029	-	23.182	492	-	-	(801)	492	22.381
2030	10.494	-	-	-	4	-	10.498	-
Total	2.540.313	2.326.797	995.851	1.132.897	1.214	(88.164)	3.537.378	3.371.530

Em 31/12/2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 2.836.480 (R\$ 2.979.173 em 31/12/2020).

Notas Explicativas

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2021 e 31/12/2020, a Instituição possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 582.869, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 244.667.

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação	1.023.596	885.952
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(460.618)	(398.678)
Outros valores (2)	210.999	133.790
Diferença de alíquota entre as empresas	(46.501)	6.314
Imposto de renda e Contribuição social	(296.120)	(258.574)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20% (25% de 07/2021 até 12/2021), para a Pan Arrendamento Mercantil alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021) e para as demais empresas alíquota de 9%;
- (2) Refere-se principalmente à diferença de alíquota de CSL em função da majoração prevista na Lei nº 14.183/21, como também à baixa de efeitos fiscais diferidos decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado à superveniência/insuficiência de depreciação na Pan Arrendamento Mercantil.

17) Imobilizado

a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	24.434	(2.544)	21.890	9.646
Sistemas de segurança e comunicações	10%	5.729	(2.274)	3.455	1.208
Sistemas de processamento de dados	20%	55.484	(24.263)	31.221	12.506
Máquinas de adquirência	33%	48.822	(3.165)	45.657	-
Total em 31/12/2021		134.469	(32.246)	102.223	-
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	-	23.360

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	-	28.628
Aquisições	296	1.181	5.364	-	6.841
Baixas	(978)	-	(21)	-	(999)
Depreciação	(6.710)	(606)	(3.794)	-	(11.110)
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de adquirência	Total
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360
Aquisições	21.771	3.619	26.125	48.822	100.337
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
Saldo em 31/12/2021	21.890	3.455	31.221	45.657	102.223

Notas Explicativas

18) Ativo intangível e ágio

a) Composição:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	257.268	(194.501)	62.767	57.251
Ágio	10%	257.852	(204.111)	53.741	186.325
Total em 31/12/2021		515.120	(398.612)	116.508	-
Total em 31/12/2020		486.814	(243.238)	-	243.576

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2019	120.503	186.325	306.828
Adições	31.266	-	31.266
Baixas	(112)	-	(112)
Amortização	(94.406)	-	(94.406)
Saldo em 31/12/2020	57.251	186.325	243.576

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio (2)	Total
Saldo em 31/12/2020	57.251	186.325	243.576
Adições (1)	61.862	39.125	100.987
Baixas	(837)	-	(837)
Amortização	(55.509)	(171.709)	(227.218)
Saldo em 31/12/2021	62.767	53.741	116.508

- (1) Há em 31/12/2021, ágio “preliminar” na aquisição de investimento da empresa Mobiauto (Nota 1.a).
- (2) No exercício findo em 31/12/2021, o Banco procedeu, ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, sendo identificado indícios de perda, foi reconhecida perdas por *impairment* sobre o ágio, no valor de R\$ 171.709, motivada principalmente pela revisão no modelo de negócio. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio;
- Tendo em vista a decisão do Banco de descontinuar o produto de crédito imobiliário em 2017, a administração decidiu realizar o *impairment* quase na totalidade, usando premissas e indicadores internos para realização da baixa, motivado pela alta liquidação antecipada da carteira de um ano para o outro, reduzindo os juros futuros.

19) Depósitos de clientes

a) Classificação:

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	20.499.655	12.761.681
Total	20.499.655	12.761.681

Notas Explicativas

b) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Tipos:		
Depósitos à vista	328.165	76.056
Depósitos a prazo	20.171.490	12.685.625
Total	20.499.655	12.761.681

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Sem vencimento	328.165	76.056
Até 30 dias	873.721	541.093
De 31 a 90 dias	2.292.856	449.436
De 91 a 180 dias	1.909.247	955.563
De 181 a 360 dias	5.136.288	1.974.748
Acima de 360 dias	9.959.378	8.764.785
Total	20.499.655	12.761.681

20) Depósitos de instituições financeiras

a) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.633.082	10.054.757
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	1.186.562	1.307.042
Depósitos interfinanceiros	3.446.520	8.747.715
Total	4.633.082	10.054.757

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	2.040.515	4.240.846
De 31 a 90 dias	422.928	5.768.781
De 91 a 180 dias	3.331	-
De 181 a 360 dias	62.904	45.130
Acima de 360 dias	2.103.404	-
Total	4.633.082	10.054.757

21) Recursos de emissão de títulos

a) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.380.408	5.346.049
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	217.882	327.371
Letras Financeiras - LF	9.162.526	5.018.678
Total	9.380.408	5.346.049

Notas Explicativas

b) Variações:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	5.346.049	1.868.324
Juros	786.244	106.956
Emissões	8.175.739	6.993.590
Pagamento de Juros/Resgate	(4.927.624)	(3.622.821)
Saldo do fim do exercício	9.380.408	5.346.049

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 30 dias	37.557	41.372
De 31 a 90 dias	67.060	92.007
De 91 a 180 dias	135.306	974.917
De 181 a 360 dias	1.921.779	3.577.688
Acima de 360 dias	7.218.706	660.065
Total	9.380.408	5.346.049

22) Obrigações por empréstimos

a) Saldos patrimoniais:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos		
No País	194	-
No Exterior (1)	811.851	-
Total	812.045	-

(1) Empréstimo realizado em 22/12/2021 no montante de US\$ 150 milhões de dólares, com vencimento em 15/12/2025.

b) Variações:

	31/12/2021	31/12/2020
No Exterior		
Saldos do início do exercício	-	-
Juros	547	-
Emissões	858.015	-
Variação Cambial	(20.940)	-
MTM	(15.278)	-
Custo associado à emissão	(10.493)	-
Saldo do fim do exercício	811.851	-

23) Dívidas subordinadas

a) Classificação:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.329	8.784
Total	9.329	8.784

b) Composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Valor da operação		
No País:		
(1) R\$ 8.000	9.329	8.784
Total	9.329	8.784

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

Notas Explicativas

c) Variações:

No Exterior	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	-	1.876.486
Amortização	-	(2.413.415)
Juros	-	73.444
Pagamento de Juros	-	(102.570)
Variação Cambial	-	572.223
MTM	-	(6.547)
Custo associado à emissão	-	379
Saldo do fim do exercício	-	-

No País	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	8.784	8.455
Juros	545	329
Saldo do fim do exercício	9.329	8.784

24) Outros passivos

a) Outros passivos financeiros:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	483.373	103.655
Relações com correspondentes	78.791	111.761
Obrigações de arrendamento (Nota 24.b)	19.862	26.578
Total	582.026	241.994

b) Obrigações de arrendamento:

O Banco PAN é arrendatário, principalmente de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31/12/2021, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 8.603 (31/12/2020 - R\$ 10.907).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos do início do exercício	26.578	33.427
Adições/exclusões de contratos	-	1.555
Pagamentos	(8.603)	(10.907)
Apropriação de encargos financeiros	1.887	2.503
Saldo do fim do exercício	19.862	26.578

c) Vencimento dos arrendamentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	4.941	6.716
De 1 a 5 anos	14.817	16.263
Mais de 5 anos	104	3.599
Total de pagamentos futuros	19.862	26.578

Notas Explicativas

d) Outros passivos não financeiros:

	31/12/2021	31/12/2020
Operações com cartões de crédito	2.432.206	1.426.353
Pagamentos a efetuar	1.299.683	964.196
Operações vinculadas a cessão	716.186	764.657
Sociais e estatutárias	371.683	325.131
Arrecadação de cobrança	81.053	101.904
Valores a pagar a sociedades ligadas	19.756	30.250
Negociação e intermediação de valores	11.517	5.952
Valores específicos de consórcio	3.686	6.840
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	19.983	154
Outros	117.372	77.696
Total	5.073.125	3.703.133

25) Provisões

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

As ações trabalhistas são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e, embora contem com a condução e avaliação de advogados internos e externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses, dependendo do tipo de autor, podendo sofrer atualização anual e corrigido a uma taxa de 1% ao mês, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas é aplicado um modelo estatístico que calcula o ticket médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por cluster, atualizado a cada 3 meses, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

Notas Explicativas

2) ações cíveis estratégicas

A provisão das ações cíveis estratégicas é realizada de forma julgamental pelos especialistas internos, a partir de análise conjugada dos elementos do processo, opinião de escritório terceirizado, momento processual, entendimento dos tribunais sobre o tema, bem como impactos à imagem e às operações do Banco.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários

Tratam-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face do Grupo PAN, objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal dos nossos assessores, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis	264.853	305.467
Processos trabalhistas	106.599	147.209
Processos tributários	47.911	60.946
Total	419.363	513.622

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125
Constituição líquida de reversão	139.099	50.408	7.057	196.564
Atualização monetária	2.786	-	4.425	7.211
Baixas por pagamento	(155.300)	(124.893)	(1.085)	(281.278)
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2020	305.467	147.209	60.946	513.622
Constituição líquida de reversão	132.218	44.728	4.225	181.171
Atualização monetária	-	-	2.591	2.591
Baixas por pagamento	(172.832)	(85.338)	(19.851)	(278.021)
Saldo em 31/12/2021	264.853	106.599	47.911	419.363

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

IRPJ/CSLL – Ganho de capital oriundo da desmutualização da B3 (balcão), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa, referente aos anos calendários de 2008 e 2009. Em dezembro de 2021, os débitos relacionados a esse processo totalizam aproximadamente R\$ 738;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2016. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 869.565;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de despesas relacionadas ao recolhimento de tributos de PIS/COFINS, referente ao ano calendário de 2014. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 22.928;

IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2014 a 2017. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esses processos totaliza aproximadamente R\$ 22.774;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de *swap* da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 4.758;

PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente ao ano calendário de 2017. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 217.972;

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) – Incidência de contribuição previdenciária sobre PLR e PAT, dos anos calendários de 2012, 2013, 2016 e 2017. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 124.424;

IRRF – Ganho de capital oriundo da aquisição da participação societária no exterior, referente ao ano calendário de 2012. Em dezembro de 2021, o valor relacionado a esse processo totaliza aproximadamente R\$ 79.751; e

Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2021, os valores relacionados a esses processos totalizam aproximadamente R\$ 235.849.

26) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2021 e em 31/12/2020 é de R\$ 4.175.222.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2021	31/12/2020
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	547.495
Total	1.205.056	1.205.056

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/12/2021, foi deliberado entre outros assuntos a aprovação da incorporação de ações e aprovação de aumento do Capital Social da Companhia a ser subscrito e integralizado pelos administradores da Mosaico em benefício da totalidade dos acionistas da Mosaico, mediante a emissão, pela Companhia, de (a) 101.276.624 ações preferenciais, nominativas,

Notas Explicativas

escriturais e sem valor nominal (BPAN4); e (b) como vantagem adicional, 126.595.780 bônus de subscrição, nominativos e escriturais, de emissão da Companhia, exercíveis em até 30 (trinta) meses a contar da data de Fechamento (conforme definida no Acordo de Associação), condicionado à verificação de meta de performance do preço de negociação das Ações BPAN4, sendo que cada bônus de subscrição conferirá aos acionistas da Mosaico o direito de subscrever 0,166667 Ações BPAN4 adicionais (Nota 1.a). O processo foi homologado pelo BACEN em 09/03/2022.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio / dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio/dividendos.

	31/12/2021	% (1)	31/12/2020	% (1)
Lucro líquido	774.576		655.569	
(-) Reserva Legal	(38.729)		(32.778)	
Base de cálculo	735.847		622.791	
Juros sobre o capital próprio (bruto) deliberados/pagos (2)	261.080		246.130	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(39.162)		(36.919)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados/pagos (3)	221.918		209.211	
Dividendos propostos (4)	35.628		8.766	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos deliberados/provisionados/pagos	257.546	35%	217.977	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo;

(2) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2021 é de: R\$ 0,2166540090 (2020: R\$ 0,20424755369);

(3) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2021 é de: R\$ 0,1841559076 (2020: R\$ 0,173610421); e

(4) Dividendos por ação propostos relativos ao exercício de 2021 é de R\$ 0,00295656116 (2020: R\$ 0,00727458469).

Notas Explicativas

d) Lucro por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição	727.476	627.378
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	396.960	342.340
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	330.516	285.038
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	657.561	657.561
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (mil)	547.495	547.495
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,60	0,52
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,60	0,52

27) Receita líquida com juros

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.396.764	4.917.648
Lucro nas cessões de crédito (nota 10.e)	2.009.960	2.803.410
Aplicações em títulos de renda fixa	404.086	130.513
Prêmio de performance das cessões	354.823	608.432
Depósitos compulsórios no Banco Central	66.115	161
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	17.658	35.672
Recebíveis imobiliários	1.337	1.570
Outras	19.104	-
Total de receitas com juros	8.269.847	8.497.406
Despesas com juros e similares		
Variações cambiais líquidas (l)	22.840	(570.625)
Depósitos de clientes	(1.325.204)	(1.173.665)
Recurso de emissão de títulos	(500.606)	(107.279)
Depósitos de instituições financeiras	(265.114)	(268.422)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(29.822)	(14.647)
Dívidas subordinadas	-	(77.388)
Obrigações por empréstimos	(548)	-
Outras	(24.384)	(16.894)
Total de despesas com juros	(2.122.838)	(2.228.920)
Total	6.147.009	6.268.486

(l) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

28) Receita de tarifas e comissões

	31/12/2021	31/12/2020
Cartões de crédito	231.113	130.520
Operações de crédito	158.790	171.757
Comissão/intermediação	195.819	80.207
Avaliação de bens	112.128	80.382
Administração de consórcios	1.496	10.039
Outras	3.600	3.724
Total	702.946	476.629

Notas Explicativas

29) Despesas de pessoal

	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	509.796	368.047
Encargos sociais	136.349	98.899
Benefícios (Nota 37)	103.810	82.155
Honorários (Nota 36.b)	24.875	16.900
Outros	10.537	8.151
Total	785.367	574.152

30) Outras despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.060.921	848.925
Serviços de terceiros	591.897	437.057
Processamento de dados	353.639	273.917
Serviços do sistema financeiro	308.645	215.442
Propaganda, promoções e publicidade	283.940	118.872
Aluguéis	120.777	71.054
Comunicações	110.225	68.374
Despesas com busca e apreensão de bens	12.333	20.345
Manutenção e conservação de bens	13.793	6.050
Transporte	5.487	3.587
Taxas e emolumentos	3.866	2.889
Materiais de consumo	2.429	1.506
Água, energia e gás	1.741	2.269
Viagens	1.618	1.726
Outras	114.084	46.376
Total	2.985.395	2.118.389

31) Depreciação e amortização

	31/12/2021	31/12/2020
Despesa com amortização	56.280	94.405
Despesa com depreciação	28.850	21.448
Total	85.130	115.853

32) Despesas tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à COFINS	298.353	234.358
Contribuição ao PIS	48.531	38.144
Imposto sobre serviços	30.433	21.129
Impostos e taxas	7.448	3.914
Total	384.765	297.545

33) Provisões líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis	(132.218)	(139.099)
Provisões trabalhistas	(44.728)	(50.408)
Provisões tributárias	(4.225)	(7.057)
Total	(181.171)	(196.564)

Notas Explicativas

34) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	202.193	129.325
Varição monetária ativa/passiva	22.192	11.125
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.349.159)	(1.693.414)
Impairment de ágio na aquisição de investimentos	(171.709)	-
Descontos concedidos	(67.333)	(67.973)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(74.753)	(50.303)
Gravames	(35.838)	(33.224)
Outras	(6.983)	1.316
Total	(1.481.390)	(1.703.148)

35) Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(desvalorização) de ativos não correntes mantidos para venda	(544)	20.974
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	29.167	9.851
Receita na venda de grupos de consórcio (1)	-	18.912
Outras	54	-
Total	28.677	49.737

(1) Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de consórcio.

36) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo Máximo	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)		-	597	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	597	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (c)		5.710	1.251.938	15.694	35.502
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	5.710	1.249.990	15.635	34.406
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.948	59	1.096
Cessão de crédito (d)		2.541	1.812.488	159.245	605.500
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.541	-	2.541	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.812.488	156.704	605.500
Outros ativos		61.081	10.720	-	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	162	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	61.060	10.533	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	25	-	-
Depósitos à vista (e)		(337)	(337)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(2.299.309)	(8.316.495)	(169.575)	(252.728)
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.299.309)	(502.285)	(114.759)	(17.810)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	(7.814.210)	(54.816)	(234.918)

Notas Explicativas

Depósitos a prazo (g)		(49.838)	(43.017)	(2.908)	(1.057)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	17/11/2024	(48.294)	(41.873)	(2.783)	(995)
Pessoal-chave da Administração	15/03/2027	(1.544)	(1.144)	(125)	(62)
Obrigações por operações compromissadas		(1.178.410)	-	(20.411)	(712)
Banco BTG Pactual S.A.	03/01/2022	(1.178.410)	-	(20.388)	(613)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	(23)	(99)
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (h)		-	-	-	(6)
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	(6)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		-	-	-	392.285
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	392.285
Outros passivos		(207.746)	(30.250)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(187.990)	-	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(19.756)	(30.250)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	196.054	81.241
,Too Seguros S.A.	-	-	-	195.819	80.073
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	235	1.168
Despesas de Pessoal		-	-	(322)	(293)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(322)	(293)
Outras despesas administrativas		-	-	(53.105)	(56.927)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.146)	(5.075)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(13.029)	(10.591)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(114)
Tecban S.A.	-	-	-	(9.958)	(1.509)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(24.857)	(39.638)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	-	2.030.669
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	-	2.030.669

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada partes relacionadas;

(c) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(d) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;

(h) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuados pelo Banco PAN;

(i) Referem-se às operações de *swap*; e

(j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2021, foi aprovada a remuneração global anual dos Administradores do Banco PAN para o exercício de 2021.

Benefícios de curto prazo a administradores (l)

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de honorários (Nota 29)	24.875	16.900
Contribuição ao INSS	5.597	3.803
Total	30.472	20.703

(l) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

Notas Explicativas

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Nos termos da legislação vigente em 31/12/2021, o Banco PAN não concedeu empréstimos ou adiantamentos para:

- i. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- ii. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- iii. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria Instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

37) Benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2021 representava R\$ 103.810 (R\$ 82.155 em 31/12/2020) (Nota 29).

38) Ativos oferecidos em garantia

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de dívida:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	222.803	193.389
Certificado de Depósito Bancário - CDB	3.527	684
Total	226.330	194.073

39) Ativos oferecidos em garantia

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2021	31/12/2020
Garantias e outras fianças:		
Depositários de valores em custódia	-	(4)
Total	-	(4)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

Notas Explicativas

40) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, motocicletas e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários do agronegócio.

Notas Explicativas

	31/12/2021						31/12/2020					
	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida de juros												
Receitas com juros e similares	8.261.715	3.108	8.531	13.208	(16.715)	8.269.847	8.490.302	1.741	5.861	9.152	(9.650)	8.497.406
Despesas com juros e similares	(2.139.553)	-	-	-	16.715	(2.122.838)	(2.238.570)	-	-	-	9.650	(2.228.920)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(623.560)	-	(102)	10.198	-	(613.464)	(1.049.958)	-	(4)	-	-	(1.049.962)
Perda esperada com demais ativos financeiros	-	-	(293)	777	-	484	1.405	-	(602)	(38)	-	765
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	5.498.602	3.108	8.136	24.183	-	5.534.029	5.203.179	1.741	5.255	9.114	-	5.219.289
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos	665.518	-	168	(4.456)	-	661.230	149.910	-	460	(4.433)	-	145.937
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	396	-	-	(4.269)	-	(3.873)	(529)	-	-	(3.676)	-	(4.205)
Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	168	(187)	-	(19)	-	-	460	(757)	-	(297)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	665.122	-	-	-	-	665.122	150.439	-	-	-	-	150.439
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(68)	-	-	-	-	(68)	11	-	-	-	-	11
Receitas de tarifas e comissões	701.219	1.496	231	-	-	702.946	466.312	10.039	278	-	-	476.629
Despesas administrativas	(3.760.934)	(1.091)	(8.043)	(694)	-	(3.770.762)	(2.676.569)	(6.882)	(8.377)	(713)	-	(2.692.541)
Despesas de pessoal	(783.813)	(126)	(1.253)	(175)	-	(785.367)	(572.667)	(334)	(985)	(166)	-	(574.152)
Outras despesas administrativas	(2.977.121)	(965)	(6.790)	(519)	-	(2.985.395)	(2.103.902)	(6.548)	(7.392)	(547)	-	(2.118.389)
Depreciações e amortizações	(85.098)	(32)	-	-	-	(85.130)	(115.812)	(41)	-	-	-	(115.853)
Despesas tributárias	(381.289)	(339)	(1.562)	(1.575)	-	(384.765)	(294.087)	(1.213)	(1.263)	(982)	-	(297.545)
Provisões (líquidas)	(182.711)	918	(442)	1.064	-	(181.171)	(197.064)	1.111	(683)	72	-	(196.564)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.469.695)	484	7.145	(1.104)	(18.220)	(1.481.390)	(1.692.141)	4.400	6.345	(554)	(21.198)	(1.703.148)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	28.916	22	(261)	-	-	28.677	28.809	21.017	(89)	-	-	49.737
Resultado antes da tributação	1.014.460	4.566	5.372	17.418	(18.220)	1.023.596	872.548	30.172	1.926	2.504	(21.198)	885.952
Imposto de renda e contribuição social	(286.984)	(1.527)	(1.709)	(5.900)	-	(296.120)	(245.170)	(10.252)	(485)	(2.667)	-	(258.574)
Lucro líquido do exercício	727.476	3.039	3.663	11.518	(18.220)	727.476	627.378	19.920	1.441	(163)	(21.198)	627.378
Total do ativo	48.467.280	86.133	244.185	472.617	(1.130.493)	48.139.722	39.107.103	95.410	240.486	414.626	(1.051.180)	38.806.445
Total do passivo	42.512.918	8.197	11.161	56.354	(422.758)	42.165.872	33.581.436	20.513	11.470	14.021	(361.337)	33.266.103

Notas Explicativas

41) Outras informações

- a) Em 31/12/2021 e 31/12/2020, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- b) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- c) O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus ([COVID-19](#)), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e a sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.; e
- d) Em 01/03/2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, que estabeleceu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos de 20% para 25% entre 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de jan/22. Para as demais instituições financeiras, que antes estavam sujeitas à alíquota de 15%, a CSLL foi majorada para 20% no mesmo período, e a partir de jan/22 voltam para 15%. Referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2021.

Notas Explicativas

São Paulo, 29 de março de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Roberto Balls Sallouti

Conselheiros

Alexandre Camara e Silva

Amos Genish

André Esteves ⁽¹⁾

André Fernandes Lopes Dias ⁽¹⁾

Fábio de Barros Pinheiro

Fábio Soares de Miranda Carvalho

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Roberto Balls Sallouti

Sérgio Cutolo dos Santos

DIRETORIA

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Camila Corá Reis Pinto Piccini

Dermeval Bicalho Carvalho

Diogo Ciuffo da Silva

Leandro Marçal Araujo

Mauro Dutra Mediano Dias

Roberta Cardim Geyer

CONSELHO FISCAL

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Aníbal Cardoso Joaquim

Oswaldo de Assis Filho

COMITÊ DE AUDITORIA

Fábio de Barros Pinheiro

Pedro Paulo Longuini

Sidnei Corrêa Marques

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Pan S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas (Consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "%\$#@!Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas%\$#@!". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
(Notas 3(d iv) e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito que tratam da integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Créditos tributários (Notas 3(j) e 33(b))

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, bem como as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Contadora CRC 1SP245281/O-6

Relatório do auditor independente sobre
as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perda de crédito esperada (Notas 3g, 10 e 11)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na Nota 1. A determinação da provisão para perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 - Financial Instruments, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área se manteve como uma área foco em nossa auditoria. Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perda de crédito esperada que incluem a integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perda de crédito esperada com base na política estabelecida pela Administração.

Analisamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Créditos Tributários (Notas 3t e 16)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as Notas Explicativas e, com base: (a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 1º de fevereiro de 2022, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria foram: 1 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o qual concluiu-se que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme notas explicativas nº 3d(iv) e 8; 2 – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com realização de auditoria relacionada aos sistemas de TI, com testes de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários, além de testes dos controles automatizados ou das informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis; e 3 – Crédito Tributário, em relação aos créditos totalizados no valor de R\$ 3,5 bilhões no Banco PAN e empresas controladas, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários, conforme notas explicativas de nº 3j e 33b; (b) na reunião com os Auditores Independentes; (c) no resumo do relatório do Comitê de Auditoria, datado de 1º de fevereiro de 2022; e (d) na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: (a) refletem adequadamente as atividades desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia; e (b) estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 1º fevereiro de 2022.

Oswaldo de Assis Filho Aníbal Cardoso Joaquim

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2021

O Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco PAN S.A. (PAN ou Companhia) e suas empresas controladas (PAN Arrendamento Mercantil S.A., PAN Administradora de Consórcio Ltda., Brazilian Finance & Real State S.A., Brazilian Securities Companhia de Securitização e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. - Controladas PAN), apresenta o seu relatório, de forma resumida, elaborado em conformidade com as normas aplicáveis em vigor, notadamente Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910, de 2021; Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 23, de 2021 para publicação em conjunto com as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao 2º semestre de 2021, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente (Demonstrações Contábeis), de forma a externar a sua opinião e evidenciar as informações que considera relevantes para o conhecimento e a avaliação por seus usuários.

Na elaboração do referido relatório, o COAUD utilizou informações obtidas em reuniões realizadas com a Administração da Companhia e com as áreas responsáveis pelos temas objeto das avaliações do Comitê e em relatórios internos apresentados ao COAUD, bem como nas suas interações com a Auditoria Interna e com Auditoria Independente da Companhia.

No curso de seus trabalhos, o COAUD foi informado, pela Administração e pelo Auditor Independente de que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar a integridade das Demonstrações Contábeis ou os resultados da Companhia no período, além das informações mencionadas nas Notas Explicativas, em relação às quais cabem ser destacados os seguintes aspectos: (i) a determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito continua exigindo o julgamento por parte da Administração na definição de premissas e de critérios utilizados; a Auditoria Independente considerou que as premissas e os critérios definidos para o cálculo da provisão se revelam razoáveis e consistentes com as normas em vigor e com os níveis de riscos das operações; (ii) o ambiente de tecnologia da informação foi objeto de avaliação pela Auditoria Independente, que o considerou efetivo e adequado para gerar as informações necessárias para a elaboração das Demonstrações Contábeis; e (iii) a Auditoria Independente considerou consistentes também as premissas e os critérios adotados pela Administração da Companhia para o registro e a manutenção no balanço dos créditos tributários, em razão das perspectivas de sua realização em prazos compatíveis com as normas aplicáveis em vigor.

O Auditor Independente considerou ainda que as Demonstrações Contábeis foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, e são consistentes com as informações contábeis individuais e consolidadas do PAN e Controladas PAN, tomadas no conjunto.

No período, ocorreram os seguintes eventos que merecem ser destacados: (i) incorporação de ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. (Mosaico) pela Companhia; (ii) aprovação, pelo Banco Central do Brasil (Bacen), da compra de participação societária na Mobiauto Edição de Anúncios On Line Ltda. (Mobiauto) por uma subsidiária integral da Companhia; e (iii) captação de recursos no exterior, no montante de USD 150 milhões, liderada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Feitos esses registros e (i) ponderadas as suas responsabilidades e atribuições; e (ii) consideradas as limitações naturais do alcance de sua atuação e a sua dependência em relação à integridade das informações fornecidas pelos componentes da Companhia, o COAUD considera que:

- a) as Demonstrações Contábeis da Companhia, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer da Auditoria Independente, foram elaborados conforme as normas em vigor, notadamente aquelas baixadas pelo CMN e pelo Bacen, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia;
- b) o PAN dispõe de controles internos efetivos e compatíveis com o porte, com a natureza e com a complexidade de suas operações; e
- c) a Companhia vem obtendo êxito no aprimoramento de seus procedimentos de acompanhamento dos principais indicadores de risco, reportados ao Conselho de Administração e ao COAUD em reuniões mensais sobre a Declaração de Appetite a Riscos (Risk Appetite Statement – RAS); destaca-se também a evolução na governança da Companhia em importantes políticas corporativas, das quais cabem ser citadas, pela relevância, as seguintes: (i) Política Anticorrupção; (ii) Política de Diversidade e Inclusão; e (iii) Política de Governança da Gestão de Dados. Além disso, a Administração da Companhia continua envidando esforços no aperfeiçoamento do ambiente de segurança cibernética e dos seus sistemas de tecnologia da informação, com a realização dos investimentos necessários.

Em seus trabalhos relativos ao período objeto das Demonstrações Contábeis, o COAUD não detectou qualquer indicativo ou evidência do comprometimento da efetividade ou da independência das auditorias, interna e independente, que atuam em conformidade com esses requisitos e com a regulamentação em vigor.

São Paulo, 1º fevereiro de 2022.

FÁBIO DE BARROS PINHEIRO
Presidente

PEDRO PAULO LONGUINI
Membro

SIDNEI CORREA MARQUES
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2021.